

**António Alves Caetano**

## **A FORMAÇÃO DE QUADROS EMPRESARIAIS PELO ISCEF DEPOIS DE 1949**

**(SUBSÍDIOS HISTÓRICOS)**

### **À guisa de Intróito**

Este quase meio século de licenciados saídos de *Económicas*<sup>1</sup> é como um icebergue: a descrição que segue representa só alguns trechos da superfície visível. Sabe-se a importância da sua parte submersa: que valor não teve a carreira profissional de tantos colegas que, do Minho às Ilhas atlânticas, em Moçambique e Angola, na Guiné ou em Cabo Verde, como no longínquo Oriente, no Brasil ou em qualquer recanto do globo contribuíram, e contribuem, com o seu labor, para prestigiar a Escola que os formou, fazer progredir as entidades que serviram ou criaram, melhorar a condição do mundo?

Dá-se relevo às estruturas de enquadramento e institucionais em que vicejaram essas primeiras gerações de Economistas, saídas da Reforma de 1949. O processo de desenvolvimento económico-social foi interactivo: as empresas e as estruturas de planeamento surgiam, e os economistas avançavam a projectar, umas e outras, para patamares superiores. Não importam tanto os nomes associados a essa “saga”, que é, apenas, o mais visível do icebergue. O importante é que existiu e foi protagonizada por esses economistas e por muitos dos formados no “regime antigo” de *Económicas*. Digno de destaque é que essas gerações foram abrindo portas, em termos tais que, os muitos chegados depois, nem se deram conta de que não tinham estado sempre escancaradas, como as encontraram. Este exercício procura, na essência, ajudar à reflexão sobre as condições em que esses “pioneiros” se formaram e actuaram na vida activa, em termos de rasgar novos horizontes para a profissão.

Os nomes que se referem são, apenas, alguns dos muitos que teriam de ser nomeados em trabalho com outra vastidão e, de forma alguma, as omissões ou referências breves podem ser entendidas como desprimorosas<sup>2</sup>. Assim como, os casos a que se dá maior destaque significam,

---

<sup>1</sup> Note-se que os licenciados do *Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF)* posteriores a 1954 são centenas, se não, milhares. É incompreensível não haver, no *Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)*, uma estatística (em casa de ferreiro...) dos licenciados de cada Curso e dos alunos matriculados, e as «Estatísticas da Educação», do *INE*, não são confiáveis, face aos dados, errados, dos anos de que se tem conhecimento directo.

<sup>2</sup> Para elaborar esta comunicação utilizaram-se as fontes disponíveis – os testemunhos dos próprios intérpretes da mudança. Além de não poder abarcar, por conhecimento próprio, o universo das carreiras, falharam vários contributos pedidos a colegas, e alguns havia com responsabilidades institucionais – presentes e passadas – que se supôs veriam com bons olhos esta iniciativa. Porém, houve casos, que muito cativaram, de colegas que não regatearam apoio, ainda que afastados na lonjura, mas sempre presentes na entreeajuda fraterna. Há inexactidões resultantes das limitações próprias do autor, e essas não têm conserto. Não será o caso, porém, das falhas de informação. Espera-se que, notadas as lacunas, quem esteja em condições de fazer emendas acuda a sugeri-las. Oxalá.

apenas, opção pessoal derivada da maior proximidade a esses percursos profissionais, e uma genuína admiração pelas suas carreiras: felizmente, para a Classe dos Economistas e para a Nação Portuguesa, há muitos mais, dignos de menção especial.

### **A Reforma do Ensino no ISCEF, em 1949**

Em Outubro de 1949 – já lá vai mais de meio século – foi publicada legislação que alterava o Plano de estudos do *ISCEF*, em vigor desde 1931 mas, em muitos casos, reportado a diplomas anteriores, pelo que se entendia ter desactualização superior a trinta anos. A II Guerra Mundial, finda em 1945, determinara enormes transformações planetárias e contribuíra para vertiginoso acelerar do tempo económico e social. As cadeiras de Economia e de Finanças eram como que inexistentes antes de 1949: o Curso era quase apenas de Comércio<sup>3</sup> e a Escola era a «Pérola da China», em alusão a uma famosa loja lisboeta de «mercearias finas»...<sup>4</sup>

O novo elenco de disciplinas tinha clara superioridade e as antigas quatro licenciaturas de quatro anos eram substituídas por duas – Economia e Finanças – leccionadas durante cinco anos. Os dois primeiros anos eram comuns, fazendo-se a especialização a partir do seguinte, ainda que com várias cadeiras comuns, em particular no 3.º ano. Passava a haver três cadeiras de Teoria Económica, várias de Economia Aplicada (Indústria, Transportes, Colónias), Economia de Empresa, a contrapor a uma única cadeira de Teoria Económica no regime anterior. Ao elenco de disciplinas acrescentava-se, na licenciatura de Economia, um curso semestral de Econometria. Uma única cadeira de Finanças, leccionada no 3.º ano e uma de Contabilidade Pública (do 4.º) eram substituídas por três cadeiras. Passava a haver duas disciplinas de Cálculo Actuarial (antes, só uma), e, também na área da Contabilidade, o número de disciplinas e a respectiva denominação, apontava para a modernidade. Continuava a haver peso significativo de cadeiras de Matemática e de Direito, o que conferia um cunho especial a estas licenciaturas<sup>5</sup>.

A superioridade teórica do elenco de disciplinas do novo Regime de estudos do *ISCEF* foi, em parte, contrariada na prática, porque alguns docentes estavam impreparados para leccionar as matérias que deveriam integrar o programa de cada uma daquelas cadeiras. O que era natural, face aos antecedentes desses professores: ou preparados por uma Escola antiquada, em que a Teoria Económica era desconhecida – o seu desempenho ressentia-se da precariedade da sua formação – ou com formação jurídica, virados para um institucionalismo descritivo. O ensino das matérias económicas, no *ISCEF*, «era uma simples descrição dos aspectos institucionais e legais da vida económica, como atestam os principais compêndios deste período. Considerava-se, então, que a

---

<sup>3</sup> A organização profissional dos diplomados não era uma Ordem, mas um *Sindicato*, denominado *dos Comercialistas*, designação que se manteve até há muito pouco tempo.

<sup>4</sup> Neves, João César das ; Silva, Francisco Azevedo e (1999) – *António Manuel Pinto Barbosa – uma biografia económica*, Lisboa, Verbo, p. 17.

<sup>5</sup> Decreto n.º 37.584, de 17 de Outubro de 1949. Ver, também, Neves ; Silva (1999), pp. 18/19 e 49/54. Ao invés do que se procurou fazer crer na cerimónia comemorativa do Cinquentenário da Reforma, havia claro envolvimento com o Regime político vigente, como demonstram trechos do Relatório preliminar deste diploma, a introdução do curso semestral de Direito Corporativo e a associação ao *ISCEF* da *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, do Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa, dirigida pelo Prof. Pires Cardoso. O director Gonçalves Pereira gabava-se de ter, no seu gabinete, um telefone com acesso fácil à PIDE.

*teoria económica poderia ter interesse cultural, mas pouco ou nenhum valor instrumental*»<sup>6</sup>. Esta situação foi agravada pela circunstância de um dos principais mentores da Reforma (quicá, o principal), em condições de leccionar as matérias das diversas cadeiras de Teoria Económica, como demonstrara em Economia I, no primeiro ano de 1949/50 – o Prof. Doutor António Manuel Pinto Barbosa –, ter entrado para o Governo, em Agosto de 1950. Para os jovens alunos a sua saída para Subsecretário de Estado do Tesouro, logo no final do seu primeiro ano de magistério no novo regime de estudos, foi muito negativa. Os Assistentes que estava a formar – e vieram a distinguir-se – ainda não tinham capacidade para arcar com as responsabilidades do ensino das novas matérias. Basta atender que, só de Teoria Económica, havia três disciplinas.

Os Assistentes do Prof. Pinto Barbosa não estiveram sozinhos no êxito da Reforma de 1949, como foi admitido durante as comemorações do seu Cinquentenário, o que, do ponto de vista do rigor histórico, não é apropriado. Há um nome incontornável, o do Prof. Bento Murteira, que, ainda antes de se doutorar em 1954, imprimira cunho inovador em Estatística e Econometria, cadeiras fundamentais para a grande transformação qualitativa operada nas aplicações matemáticas à Análise Económica. Data de 1951 o seu estudo sobre sucessões cronológicas, pioneiro em Portugal, que não precisou de ultrapassar duas páginas, para mais, de pequeno formato<sup>7</sup>. Como alguns colaboradores salientaram na apresentação do Livro do seu Jubileu, a par das qualidades pedagógicas e humanas, tem de ser enaltecida a versatilidade e fecundidade do seu labor de pesquisa: «*da Investigação Operacional ao Cálculo Actuarial, da Teoria das Probabilidades à Estatística, da Econometria às Sucessões Cronológicas, a todas estas áreas o Professor Bento Murteira dedicou [e dedica, acrescento agora] o seu trabalho*»<sup>8</sup>. «*Uma das principais virtudes inerentes aos trabalhos de Bento Murteira reside na preocupação de aplicação dos métodos quantitativos ao estudo de realidades e problemas económicos e financeiros*»<sup>9</sup>. Com o decurso do tempo, foi inovador em áreas de que já não beneficiaram os seus primeiros discípulos, «*através de lições sobre Programação Linear, Teoria dos Jogos e Teoria da Decisão na cadeira de Econometria e através de seminários organizados no âmbito do Centro de Estudos de Estatística Económica, do Instituto de Alta Cultura*»<sup>10</sup>. Silva Lopes conclui: «*apesar do progresso observado, a Universidade estaria hoje bem mais rica se tivesse podido contar com a colaboração de uma proporção mais significativa de docentes e investigadores com a envergadura intelectual, com o entusiasmo pela sua missão e com a probidade pessoal do Professor Bento Murteira*»<sup>11</sup>.

---

<sup>6</sup> Bastien, Carlos (2000) - «The advent of modern economics in Portugal» in *The Development of Economics in Western Europe since 1945*, edited by A. W. Bob Coats, Routledge, London and New York, p. 169. O Autor reporta-se a lições publicadas por H. Marques (1934), A. Lino Neto (1936) e A. Marques Guedes (1944-46). A última afirmação citada foi produzida por A. Gonçalves Pereira, em 1935, o qual foi director do ISCEF durante mais de vinte anos, como Senhor absoluto, período que terminou em 1969.

<sup>7</sup> Murteira, Bento (1951) - «Note on the Variate differences of Autoregressive Series», in *Biometrika*, vol. 38, London, pp. 479/80.

<sup>8</sup> «Nota Introdutória» in *Jubileu de Bento Murteira*, Lisboa, ISEG, 17 de Junho de 1994, p. 5.

<sup>9</sup> Cardoso, José Luís (2001) - «Bento José Ferreira MURTEIRA (n. 1924)» in *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*, Lisboa, Temas e Debates, p. 216. Para isso muito terá contribuído o facto de, durante muitos anos, ter elevadas funções em empresas do Grupo CUF.

<sup>10</sup> Lopes, José da Silva (1994) - «O Professor Bento Murteira nos anos 50» in *ibidem*, p. 22.

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*, p. 23. Também o Prof. José Luís Cardoso, no retrato que dele traçou no *Dicionário*, concluiu pela enorme importância do seu contributo para o desenvolvimento científico, nas áreas de saber a que se tem consagrado (Cf. *Op. cit.*, p. 216).

O Curso era muito selectivo, em especial por força do regime de precedências das cadeiras de Economia, Matemáticas, Finanças, Estatística, etc., pelo que o número de licenciados de cada ano era desproporcionado face ao respectivo contingente de entrada. Basta referir que em 1954 se licenciaram dezanove alunos, quando o primeiro ano de 1949 terá tido mais de trezentos alunos. Os que iam avançando eram obstinados e sofreram bastante com alguns professores, uns, em fim de carreira, já sem disposição para fazer «reciclagem» e, outros, ainda muito novos, alguns dos quais iam estudando as novas matérias, com seriedade, mas tinham consciência de não ter condições para orientar, em termos convenientes, os seus alunos<sup>12</sup>. Assim, grande parte dos diplomados dos primeiros anos da Nova Reforma teve percursos com forte cunho autodidáctico – ao jeito do que aconteceu com o próprio Professor Pinto Barbosa – sem, no entanto, disporem da orientação que teve...<sup>13</sup>

Diga-se, em abono da verdade, que, por essa altura, o *ISCEF* era visitado por mestres estrangeiros, para efectuar conferências. O curso semestral de Econometria foi ministrado, pela primeira vez em Portugal, no ano lectivo de 1952-53, aos quatro alunos da Licenciatura de Economia, sendo da responsabilidade do Prof. Eng.º Francisco Leite Pinto, que tinha como Assistente o Lic.º Manuel Jacinto Nunes. O Prof. Leite Pinto convidou professores estrangeiros, que vieram proferir lições, na Primavera de 1953: Henri Guitton, da Universidade de Dijon e José Castañeda, da de Madrid<sup>14</sup>. A partir do ano seguinte, a regência do curso passou a ser de Bento Murteira, que viria a doutorar-se nesse ano de 1954.

Em Abril de 1952 tinha vindo, também, proferir conferências, no quadro do debate sobre a Integração Económica Europeia, outro mestre de Econometria, o Prof. Jan Tinbergen, de cuja obra «Econometrics», Jacinto Nunes fez recensão<sup>15</sup>.

Ainda em 1953, citem-se, apenas no domínio das Ciências Económicas, o Prof. Daniel Villey, da Universidade de Poitiers, autoridade em História do Pensamento Económico, e o Prof. Jacques Rueff, de Paris, espírito multifacetado<sup>16</sup>. Logo em Janeiro de 1954, foi a vez do Prof. François Perroux, eminente renovador do pensamento económico da segunda metade do século XX<sup>17</sup>. Em Maio, proferiu conferências outro econometrista consagrado, o Prof. Hans Peter, da Universidade alemã de Tubingen<sup>18</sup>.

---

<sup>12</sup> O caso mais genuíno foi o do 2.º Assistente Lic. Francisco Pereira de Moura, que no *curriculum vitae* apresentado para as suas provas de Doutoramento, em 1961, confessou: «a chamada do Professor Doutor Pinto Barbosa ao desempenho de altas funções fora do Instituto, determinou muita indefinição acerca da orientação de estudo e, certamente, também na própria acção docente». (Cf. *Curriculum Vitae* do Doutor Francisco José Cruz Pereira de Moura in «Revista da Universidade Técnica de Lisboa», 5.º ano, n.º 10, Dezembro de 1961, pp. 144/145).

<sup>13</sup> Neves ; Silva (1999), pp. 33/35. Aí se refere que o Prof. Doutor A. M. Pinto Barbosa, no final de uma conferência que realizou sobre metodologia da ciência económica, foi abordado pelo Prof. Doutor José Joaquim Teixeira Ribeiro, que leccionava na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, para o aconselhar a enveredar pelo estudo dos clássicos da Economia. Os autores da biografia acrescentam que, sob a orientação do Professor Teixeira Ribeiro, o biografado tirou uma segunda licenciatura, embora informal, entre 1942 e 1946.

<sup>14</sup> *Economia e Finanças – Anais do ISCEF*, vol. n.º XXI, tomo I, 1953, pp. 238-241; tomo II, pp. 398-463 e Bastien, Carlos (2002) – «Economistas Espanhóis no Processo de Modernização das Ideias Económicas em Portugal (1945-1959)», *Boletim de Ciências Económicas*, vol. XVI-A, Coimbra, pp. 228-231.

<sup>15</sup> *Economia e Finanças – Anais do ISCEF*, vol. n.º XX, tomo I, 1952, pp. 715 (conferência) e pp. 309-312 (recensão).

<sup>16</sup> *Idem*, vol. XXI, tomo II, 1953, pp. 469-473.

<sup>17</sup> *Idem*, vol. XXII, tomo I, 1954, pp. 289-290.

<sup>18</sup> *Idem*, vol. XXII, tomo II, 1954, pp. 502-528.

Não havia as chamadas «sebentas». Em alguns casos, os apontamentos que era possível tirar nas aulas, dificilmente originavam textos inteligíveis e coadunados com a bibliografia indicada. Os cafés, na Lisboa do início dos anos cinquenta, eram espaços de grande convivência entre os alunos, que se encontravam para estudar, fornecendo os alunos «ordinários»<sup>19</sup> os tais apontamentos possíveis das aulas e as bibliografias indicadas, recebendo dos colegas que trabalhavam durante o dia, além da contribuição normal do estudo conjunto, esclarecimentos acerca das matérias contabilísticas e das técnicas comerciais, que dominavam. Ao tempo, os locais mais frequentados eram, na Baixa, o primeiro andar do «Café Chave d'Ouro», no Rossio (onde está a CGD) e o «Café Chiado», existente no prédio onde se instalou a *Companhia de Seguros Império*; e, na Av. Almirante Reis, a «Cervejaria Portugal» e o «Café Gran Via». A insatisfação, permanente ânsia de saber e capacidade de questionar o meio envolvente eram estimuladas por um mundo em rápida transformação e pelo contacto com o exterior, a que as novas gerações se abriam. Intramuros tiveram importância, também, várias estruturas, como as Associações de estudantes, a JUC, os Cine-clubes e a *Juventude Musical Portuguesa*, que permitiam o convívio de gentes de diversas proveniências e formações. A Crise do “Dia do Estudante” aconteceu em 1962 e dois ou três anos depois os Assistentes (1.ºs e 2.ºs), que tinham, há algum tempo, predominância no Ensino, em especial em algumas Escolas da Universidade Técnica, passaram a ter representação na gestão das Escolas, o que lhes estava antes vedado<sup>20</sup>, ainda que continuassem afastados de Conselhos Escolares ou assimilados: entre 1960 e 1967 o autor foi encarregado da regência de uma cadeira do 1.º ano (com mais de mil alunos, no final do período), mas nunca foi chamado a participar nas reuniões em que se discutiam programas das cadeiras, pedagogia, etc., sendo-lhe pedido, apenas, que remetesse testemunhos escritos.

Os Economistas licenciados a partir de 1954 «contribuíram decisivamente para a formação duma nova consciência crítica em Portugal, mesmo que inseridos em diferentes contextos ideológicos: o ISCEF era, na época em questão, um lugar quente e estratégico de várias maneiras»<sup>21</sup>. Quanto às «saídas» profissionais, a própria Direcção do *Instituto* não tinha ideias muito precisas, em especial, quanto ao Curso Superior de Economia. Mesmo o Professor Pinto Barbosa, em 1952, não conseguiu traçar vias concretas para quatro alunos que foram pedir-lhe conselho, já que se inclinavam para a inscrição nesse Curso (era o primeiro ano em que tinha de se fazer a opção), tendo ficado, até, mais perplexos depois da entrevista. Mas decidiram avançar<sup>22</sup>.

A partir de 1954 os licenciados do *ISCEF* passaram a desempenhar, em empresas industriais e de serviços, funções em que evidenciam a sua elevada qualificação, no estudo de viabilidade de projectos e em acções inovadoras, à época, de que se podem destacar, entre outros, planeamento das acções a desenvolver na empresa, orientação desta para a satisfação do cliente, rigorosa disciplina orçamental em projectos de investimento vultoso e gestão por objectivos. Por

---

<sup>19</sup> Havia alunos «ordinários», obrigados à frequência de todas as aulas ministradas, e os alunos «voluntários», obrigados, apenas, à frequência das aulas práticas, em regra, entre as 8 e as 10 horas, de manhã.

<sup>20</sup> Conseguiram-no após muito tempo de reuniões dos Assistentes da *Universidade Técnica*, de que saíam textos reivindicativos a apresentar às entidades superiores. A acção, no *ISCEF*, era coordenada por Pereira de Moura, João Salgueiro e o autor.

<sup>21</sup> Mário da Silva Murteira – testemunho escrito.

<sup>22</sup> Maria Manuela da Silva e José Viegas Dias, em testemunhos orais, separados.

outro lado, o esforço de criação de estruturas próprias para o conveniente planeamento do desenvolvimento económico-social do país, incluindo os territórios de África, levou o Governo a dar expressão a várias entidades, nas quais foram sendo colocados licenciados do *ISCEF*, com desempenhos meritórios.

### **Factores de formação extra-universitária**

Elementos importantes para a formação dos economistas entrados para *Económicas* em 1949 e nos anos imediatos, encontram-se nas publicações especializadas nacionais e estrangeiras, nos *Centros de Investigação* associados ao *Instituto* e nas empresas com dirigentes abertos à formação extra-curricular, com destaque para o *Grupo CUF*<sup>23</sup>. As limitações impostas aos textos a submeter ao Encontro impedem de dar o devido realce a cada uma das rubricas enunciadas.

A primeira referência tem de ser para a *Revista de Economia*, fundada em 1948 pelo Prof. Doutor Bento de Jesus Caraça e pelo núcleo dos seus Assistentes, todos compulsivamente afastados do ensino no *ISCEF*, por determinação governamental. O Professor Bento Caraça era figura muito prestigiada nos meios culturais, não apenas pela sua actividade docente, também alargada à *Universidade Popular Portuguesa*, de que foi presidente. A *Gazeta de Matemática*, por si fundada, a breve trecho constituía publicação científica reputada, e a «Biblioteca Cosmos», outra das suas iniciativas, notável veículo de cultura para a população em geral, era colaborada por personalidades eminentes nas diversas áreas que abrangia. Era, também, conferencista e escritor, de prosa rica e verbo fácil<sup>24</sup>. Em *Económicas* tinha fundado o *Centro de Estudos de Matemáticas Aplicadas à Economia*, ainda em 1938, o que constituía importante novidade no panorama de estudos do *Instituto*, para o qual foi chamando, ao longo do tempo, os alunos que mais se distinguiam, e de que foi director até à demissão de Professor Catedrático, em Outubro de 1946.

Haveria de falecer, muito novo, em Junho de 1948, no ano que viu surgir o primeiro número da sua *Revista de Economia*, publicação que cedo se tornou referência para o público interessado no progresso da Ciência Económica. Colaborada, na maior parte, por antigos discípulos do Prof. Bento Caraça, alguns dos quais tinham sido seus Assistentes, abordava temas de actualidade científica, tratados tanto em termos teóricos como aplicados à situação nacional<sup>25</sup>. Nos primeiros números, além de um estudo inaugural do Prof. Bento Caraça, houve artigos de autoria de Morbey Rodrigues, Costa Leal, Rémy Freire, J. Alarcão, Amaro Guerreiro, Alfredo da

---

<sup>23</sup> É o caso, também, de algumas das multinacionais aqui instaladas, que proporcionavam aos seus quadros mais promissores a frequência de cursos em credenciados centros de formação e treino, no exterior.

<sup>24</sup> Em 1970 foi publicada a colectânea *Bento de Jesus Caraça – Conferências e Outros Escritos*, Lisboa, Editor J. M. C., que constituiu testemunho bastante da solidez e vastidão da sua cultura, claramente identificada com o sentido da «universitas», que tanto amou e serviu, e da superior qualidade da sua escrita, em que o rigor se aliava à clareza, tudo denunciando o pedagogo, extraordinário, segundo os seus discípulos.

<sup>25</sup> Não deixa de ser curioso notar como, em 1956, Pereira de Moura se lhe referia: «Na *Revista de Economia*, publicação independente de departamentos oficiais e das *Universidades*, tem sido abordado, de vez em quando, o tema do desenvolvimento; são de valor muito desigual os artigos, e apenas começaram a surgir há pouco tempo. Mas as condições ideológicas que rodeiam o núcleo centralizador das actividades da *Revista* (e não todos os seus colaboradores, evidentemente) têm contribuído para agravar o ambiente de desconfiança dos estudiosos e das entidades responsáveis perante um tema que surge, sistematicamente, eivado de desvios doutrinários» (Cf. Artigo publicado na *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, n.º 26, adiante citado, pp. 140/141).

Costa Miranda, Armando Castro, Fernando Pinto Loureiro, Nuno Fidelino de Figueiredo, Henrique de Barros, Vitorino Magalhães Godinho, A. Ramos Pereira, Albert Silbert, entre muitos outros autores que foram mantendo a publicação até 1964, quando já não havia mais condições de resistir ao manancial de problemas que se lhe deparavam de modo contínuo.

Caso particularmente interessante é o da *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, criada em 1949, na dependência do «Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa», dirigida pelo Prof. Doutor José Pires Cardoso<sup>26</sup>. O seu Corpo redactorial (pelo menos em meados dos anos cinquenta), era constituído por licenciados de *Económicas* que, em alguns casos, leccionavam no *Instituto*, e militavam na *Acção Católica*. Ao invés do que poderia supor-se o debate de ideias, na preparação dos números da *Revista*, em especial na escolha e análise dos temas a abordar em artigos confiados a membros da Redacção, era bastante aberto, nada sujeito à ortodoxia corporativa<sup>27</sup>. A *Revista* tornou-se particularmente notada depois da publicação de um artigo de Pereira de Moura, com importante análise crítica do I Plano de Fomento (1953-58) e da sua preparação com base num «Estudo» elaborado no *INE*. O artigo “conviveu” com a reprodução de várias teses apresentadas ao IV Congresso da União Nacional<sup>28</sup>.

Em 1962, este núcleo de diplomados do *ISCEF* – Pereira de Moura já se doutorara –, com o mesmo director, constituiu o *Gabinete de Investigações Sociais*, que funcionava no edifício de *Económicas*, instituição em que se integrava. Passou a editar a revista *Análise Social*, de que saiu o primeiro número em Janeiro de 1963. Com colaboração nacional e estrangeira (em regra, traduções) e visando periodicidade trimestral, rapidamente se impôs como publicação de referência, nos importantes domínios da charneira entre a Economia e a Sociologia. Mais tarde, já sob a direcção de Adérito Sedas Nunes, figura impar de cientista social de renome, o *Gabinete* autonomizou-se do *ISCEF* para se integrar, de pleno, na *Universidade Técnica* e originar o *Instituto de Ciências Sociais*, dotado de quadros de investigadores eminentes em todos os domínios do saber que lhe são próprios. A revista *Análise Social* continua pujante, ao fim de quase quarenta anos de publicação ininterrupta, o que, só por si, já seria galardão bastante entre as publicações científicas portuguesas.

A geração entrada no Quellas no início dos anos cinquenta era mais versada, de uma forma geral, em francês do que em inglês, em particular, para os alunos vindos do Liceu. Os oriundos do Instituto Comercial, também em termos genéricos, tinham, além da vantagem da desenvoltura em Contabilidade e técnicas comerciais, boa preparação em inglês. Também para os professores, a bibliografia anglo-saxónica era consumida em traduções, em que se distinguiu uma importante colecção especializada, editada no México, a do *Fondo de Cultura Económica*. Foi através dos

---

<sup>26</sup> No *ISCEF*, na vigência da Reforma de 1949, leccionava a cadeira de Direito do 1.º ano e a semestral de Direito Corporativo, do 4.º ano dos dois Cursos.

<sup>27</sup> Maria Manuela da Silva – testemunho oral.

<sup>28</sup> Moura, Francisco Pereira de (1956) – «Estagnação ou crescimento da Economia Portuguesa?», in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, n.º 26, Ano VII, Abril/Junho, pp. 119-189. O resto da *Revista* consistia num Editorial, do seu director, sobre a «segunda arrancada corporativa» e em comunicações submetidas ao referido Congresso, incluindo uma do próprio Gabinete, de que fora relator Adérito Sedas Nunes.

seus livros que essa primeira geração travou conhecimento com os Clássicos, não franceses, e porque alguns docentes aportuguesavam palavras castelhanas, não houve poucas confusões entre o que era dito em aulas e o que, depois, a consulta da bibliografia revelava. Para ter ideia da preferência que havia pela Escola Francesa, fruto da maior desenvoltura na língua, mais do que de apologia da concepção gaulesa da Ciência Económica<sup>29</sup>, basta ter presente ser para França que se ia preparar doutoramento, quando não mesmo aí obter o grau académico. Só nos anos setenta a Grã-Bretanha e, depois, os Estados Unidos, passam a acolher doutorandos.

O *Centro de Estudos de Estatística Económica* foi criado no final de 1946, sob a direcção do Prof. Eng.º Francisco Leite Pinto, titular da cadeira de Estatística Geral e Aplicada. Funcionava através de bolsas concedidas pelo *Instituto de Alta Cultura*, a que o *Centro* pertencia, ainda que anexo ao *ISCEF*. Quando, em 1955, Leite Pinto foi para Ministro da Educação, assumiu a direcção do *CEEE* o Doutor Carlos Alves Martins, que conquistara o grau em 1953. O *Centro* começou a editar trabalhos dos bolseiros logo em 1948, sendo os primeiros sobre Demografia e Estatística Demográfica. Em 1957 o *CEEE* passou a editar a sua Revista, intitulada *Colectânea*, com estudos elaborados por bolseiros e as contribuições de professores estrangeiros que, com regularidade, vinham dirigir Cursos e Seminários, ou proferir conferências. Dos onze doutoramentos feitos no *ISCEF*, entre 1953 e 1965, só não foram do *CEEE* os de Teixeira Pinto e de Pereira de Moura.

Sob a orientação do Prof. Doutor Alves Martins o *Centro* conheceu um desenvolvimento não usual em instituições similares no nosso país. Parte desta intensa actividade era financiada com dotações exteriores ao *IAC*, primeiro, através de subsídio da *Fundação Calouste Gulbenkian*, depois, para projectos especiais, mediante contratos de prestação de serviços, como foi um, celebrado com o *INII* e a *OECE*, no âmbito do *Projecto Regional do Mediterrâneo*, que esta organização internacional promoveu, em conjunto com os Governos dos países do sul da Europa: Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Jugoslávia e Turquia. Estava em causa avaliar as necessidades em pessoal científico e técnico, para responder aos desafios do desenvolvimento, o que exigia esforço acrescido, em termos qualitativos e quantitativos, do sistema de ensino de cada país.

Esse projecto de investigação envolveu uma equipa de quatro investigadores, um dos quais, o director do *Centro*<sup>30</sup>, e a preparação e lançamento de um inquérito a nível nacional, em que colaboraram muitos alunos universitários, em especial do *ISCEF*. O relatório final comportava dois volumes, o segundo dos quais estabelecia os parâmetros a que tinha de obedecer a transformação do sistema escolar português para se poder dispor de um quadro minimamente aceitável de efectivos qualificados em 1975. Para lhe dar execução foi criado, no Ministério da Educação Nacional, em Janeiro de 1965, o *Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa*, que se supõe tenha dado ênfase a outras das suas atribuições. Pelo menos, ao *CEEE*, não chegaram ecos de frutos obtidos da sementeira feita, em domínio essencial para quebrar o ciclo vicioso do nosso subdesenvolvimento.

---

<sup>29</sup> São excepções, para confirmar a regra, a aproximação ao Professor François Perroux e ao seu *Institut de Science Economique Appliquée (ISEA)* e ao ensino de História Económica e de Finanças do Professor Alain Barrère.

<sup>30</sup> Os outros eram António Simões Lopes, Ludovico Morgado Cândido e o autor, cabendo aos dois primeiros o maior quinhão no sucesso do projecto, já que o autor, no período crucial de 1962/63, estava como bolseiro em Paris.

A ligação do *CEEE* à *Fundação Gulbenkian* foi proveitosa, também porque a qualidade do trabalho desenvolvido terá influenciado a criação do *Centro de Economia e Finanças*, com o núcleo de investigadores do *CEEE*, no que continuou a ser determinante a capacidade negocial do Professor Alves Martins, quando a *Gulbenkian* decidiu constituir o *Instituto Gulbenkian de Ciência*, que abrangia Centros de pesquisa em outras áreas do saber. A investigação realizada no *CEF* era reputada como valiosa e originou mais doutoramentos, como os de António Simões Lopes e Aníbal Cavaco Silva, realizados na Grã-Bretanha e de João da Silva Ferreira, nos Estados Unidos. O *Centro* albergava investigadores que se notabilizaram, como, além dos acabados de citar, Rodrigo Marques Guimarães, Maria Manuela Dias Ferreira (Leite, pelo casamento), José Cidreiro Lopes, José da Silveira Godinho, Álvaro Mário Carvalho, Alberto dos Santos Ramalheira, António Soares Pinto Barbosa, Maria Teodora Cardoso, Maria Adelaide Gomes de Carvalho e Ludovico Morgado Cândido, entre outros.

Um decreto de 1931 tinha criado, para funcionar anexo ao *ISCEF*, um *Gabinete de Investigações Económicas*, desde então, inoperacional. Em 1958 o conjunto de professores do Grupo de Economia ter-se-á dado conta de que era possível dar corpo a esse *Gabinete* e nele integrar a revista *Análise Económica*, cujo primeiro número remontava a 1956<sup>31</sup>. O director era o Doutor Luís Teixeira Pinto e foi formado um “Conselho Orientador”, que integrava vários dos regentes de cadeiras desse Grupo de disciplinas. O objecto do *Gabinete* era «assegurar aos estudantes de ciências económicas uma formação no domínio das ciências económicas e sociais, e preparar e publicar estudos económicos, quer teóricos quer de aplicação». Com efeito, nos onze números da *Análise Económica* editados até 1960 foram publicados trabalhos de autores estrangeiros, traduzidos por recém-licenciados, e outros, de investigadores do *Gabinete*, o qual passou a editar, também, livros com estudos elaborados por bolseiros e docentes de *Económicas*. Nessa Colecção, foram publicadas a tese de doutoramento de Francisco Pereira de Moura, as dissertações para concurso a Professor Extraordinário dos Doutores Teixeira Pinto e Jacinto Nunes, como, mais tarde, a tese de doutoramento de João da Costa André (provas em 1967). Suponho ser este o único aluno da Reforma de 1949 que se apresentou a doutoramento através do *Gabinete de Investigações Económicas*. Com efeito, o último doutor pelo *ISCEF*, nos «tempos antigos», foi Mário Murteira, em 1970, não vinculado a nenhum dos Centros de Investigação anexos ao *Instituto*, e esse doutoramento foi bem revelador, pela forma como decorreu, de que os Catedráticos de então estavam muito longe de apreciar a heterodoxia. A partir de 1965 a direcção do *Gabinete de Investigações Económicas* passou a ser assegurada pelo Prof. Doutor António Manuel Pinto Barbosa, entretanto regressado à docência no *ISCEF*.

Francisco Pereira de Moura, apesar de ser o mais recente dos três Assistentes do Professor Pinto Barbosa e, portanto, o mais atrasado na formação teórica, como evidencia o desfasamento entre a data de doutoramento dos outros dois (1957) e a do seu (1961), foi figura determinante na dinamização de grupos de jovens licenciados, na busca de pistas apropriadas ao melhoramento da

---

<sup>31</sup> «Actividades do “Gabinete de Investigações Económicas” do ISCEF», in *Revista da Universidade Técnica da Lisboa*, 5.º ano, n.º 9, Julho de 1961, Lisboa, pp. 40/48.

sua inserção interveniente na sociedade portuguesa, como economistas cónscios e responsáveis. Durante o tempo decorrido entre o final da sua actividade como 2.º Assistente e o doutoramento, exerceu acção importante na *AIP*: primeiro, na preparação do «II Congresso da Indústria Portuguesa», que se realizou em meados de 1957, em simultâneo com o «II Congresso dos Economistas Portugueses», depois, na criação do *Centro de Estudos de Economia Aplicada*. O «Congresso da Indústria» constituiu um *forum* de particular dinamismo. Muito bem estruturado e organizado foi ponto de convergência de textos de valia e de debates enriquecedores, de que saíram conclusões, em grande parte, aproveitadas na elaboração do «II Plano de Fomento (1959-1964)»: o Ministro da Presidência tinha lançado o desafio no discurso inaugural. João da Costa André e o autor foram relatores de um dos textos base da sessão de problemas gerais<sup>32</sup>. Embora menos participado, mas não menos rico em resultados, foi o «Congresso dos Economistas», organizado pelo *Centro de Estudos Económicos* do *INE*<sup>33</sup>. Aliás, as conclusões foram apresentadas como resultantes de ambos os Congressos.

Para o *Centro de Estudos de Economia Aplicada*, Pereira de Moura foi recrutando licenciados, mediante a experiência adquirida como professor: Aurora Cunha (Murteira), Maria Elsa Dores (Ferreira), Maria Filipa Gonçalves (Bexiga), Rui Martins dos Santos, João Pires Chaves, Carlos Antunes Filipe e Rui Ferreira Leite, que foram produzindo estudos de interesse, e, assim, ampliaram a formação académica e projectaram o *CEEA*, como órgão inovador.

### **Os primeiros licenciados distintos e vicissitudes várias**

Os alunos mais classificados de 1954 eram do Curso de Economia: Maria Manuela da Silva, José Viegas Dias (um dos destaques, apresentados adiante) e Vasco Nunes da Silva, todos com dezassete valores. O Professor Pinto Barbosa comunicou a Manuela da Silva que não seria convidada para Assistente por ser rapariga: tinham receio de vir a ser dominada pela indisciplina dos alunos. O Director, Prof. Doutor Gonçalves Pereira, ao qual estavam atribuídas cadeiras de Direito, admitiu, porém, poder aproveitar as suas capacidades em actividades mais próprias da condição feminina<sup>34</sup>. A jovem licenciada recusou e candidatou-se a uma bolsa, que obteve, para o *Centro de Estudos Económicos* do *INE*, onde desenvolveu um projecto de investigação de carácter social, inovador, coroado com a publicação do primeiro trabalho desta geração<sup>35</sup>. A sua opção de vida profissional era a da via social, onde se distinguiu em várias áreas, nomeadamente, em importantes acções de Desenvolvimento Comunitário, em que também foi pioneira em Portugal. A falta de estímulo dos mentores do *ISCEF* para que enveredasse pela carreira docente não foi inibidora de se dedicar à investigação, tendo publicado, até agora, cerca de trinta livros, alguns em

---

<sup>32</sup> André, João da Costa ; Caetano, António Alves (1957) – *Dificuldades da Industrialização Portuguesa*, II Congresso da Indústria Portuguesa, Relatório, Lisboa, 54 páginas.

<sup>33</sup> A designação de Economista era genérica para quem se ocupasse das matérias da Ciência Económica, independente da sua formação académica. Em especial, no *Centro de Estudos Económicos* que funcionava anexo ao *INE*, a maioria seria de pessoas com formação jurídica, associadas às Faculdades de Direito, de Coimbra e de Lisboa. Recorde-se que o órgão profissional dos diplomados pelo *ISCEF* era o *Sindicato Nacional dos Comercialistas*, não dos *Economistas*, denominação que só veio a ser consagrada na *Associação* que antecedeu a constituição da respectiva *Ordem*.

<sup>34</sup> Maria Manuela da Silva – testemunho oral.

<sup>35</sup> Silva, Maria Manuela da (1956) - «Contribuição ao Estudo da Estrutura do Salário na Indústria Transformadora Portuguesa», in *Revista do Centro de Estudos Económicos* do *INE*, n.º 17, Lisboa (separata de 71 páginas).

colaboração, e quase sessenta artigos de revista. Logo em 1970 fez-se justiça às suas elevadas capacidades, através do convite para Professora Auxiliar. Anos depois, passou a Professora Catedrática Convidada do *ISEG*, situação em que se manteve até 1993, tendo leccionado cadeiras de Planeamento, Política Económica, Política Social, Economia Portuguesa, Desenvolvimento Sócio-Económico e Desenvolvimento Comunitário.

A mesma situação se verificou em 1956, quando, a par de João Salgueiro e Mário Murteira, se distinguiram Helena de Sacadura Cabral e Maria Fernanda dos Santos Silva, que não foram convidadas para docentes. Durante o período em que tive a regência de Geografia Económica Portuguesa, entre 1960 e 1967, também leccionaram na cadeira, Maria Elsa Dores (Ferreira), a partir de 1965 (terminara o curso em 1958) e Maria Antónia de Mendonça Braga (Simão), a partir de 1966, que fora a melhor aluna, quatro anos antes, e teve brilhante carreira, com percurso inovador no *Crédito Predial Português*, onde contribuiu para a transformação da instituição especial de crédito em “banco universal” – o único no mercado bancário da época –, para o processo de alargamento da rede de agências do Banco e para a introdução de critérios de avaliação da viabilidade económico-financeira dos projectos e das empresas na apreciação dos pedidos de financiamento. Elsa Dores Ferreira, por muitos anos responsável pelo *Gabinete de Estudos e Planeamento* do sector governamental da Indústria, depois dirigente do *Instituto de Investimento Estrangeiro*, que ajudou a estruturar e dinamizar, coroou a sua multifacetada carreira com a gestão de empresas, em Portugal e no exterior, nomeadamente, na *Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau* e na presidência da *NACIONAL* e da *EPAC*.

Quando terminei o Curso, em 1955, a média das classificações não chegava a 16,5 valores. O que faltava para poder ter informação final de dezassete valores poderia ser obtido através de uma dissertação escrita, a submeter antes do início do ano lectivo seguinte. Apesar de já estar a trabalhar nos *Transportes Aéreos Portugueses (TAP)*, desde Julho, durante os meses de Verão elaborei estudo sobre a Economia de Angola<sup>36</sup>, submetido ao Júri, para o efeito nomeado pelo Conselho Escolar. Teve apreciação favorável, pelo que me foi concedida a informação final de dezassete valores, o que me emparceirava com João da Costa André e António Amaro de Matos, que não precisaram de arredondamento.

Por informação do director, Professor Gonçalves Pereira, o trabalho seria publicado nos *Anais do ISCEF*, o que muito me desvaneceu. Tempo depois, recebi as provas tipográficas, para revisão. Com grande surpresa verifiquei iniciar-se o texto com o meu capítulo II, o qual passava a ser designado como o primeiro. Alertei o director para o suposto lapso, tendo-me retorquido haver sido decidido (admito que por ele) eliminar o tal capítulo inicial, intitulado «Das antigas às modernas ideias sobre colonização». Ainda que baseado em autores tão insuspeitos como Marcello Caetano e Vicente Ferreira, ocupava-me da colonização de Angola, a partir da bula «*Romanus Pontifex*», de 1454, passando pela transformação do Brasil em colónia de povoamento à custa dos escravos idos de Angola, pelas várias incidências dos choques de interesses internacionais em África, para preconizar o desenvolvimento económico-social das colónias portuguesas, ousando, em 1955, avançar a hipótese da «alforria» das colónias e de uma solução federalista. Era esta prosa

---

<sup>36</sup> Caetano, António Alves (1955) - «Economia de Angola – alguns aspectos e problemas do seu Comércio Externo», Lisboa, dactilografado, 70 páginas.

que o Director do Instituto, sem entendimento prévio, decidira amputar do texto, para publicação. Face ao procedimento insólito não autorizei a edição nessas condições. Esta situação deverá ter contribuído, bastante, para não ter sido convidado para Assistente do *ISCEF*. Assim, fui colocado a par de Maria Manuela da Silva – honrosa companhia – ficando no «limbo» até 1960.

Voltando aos licenciados de 1954, Vasco Nunes da Silva recebeu convite, imediato, para ser Assistente de cadeiras de Economia, no *ISCEF*, ao mesmo tempo que desempenhava funções de Consultor económico do *SNI*. Dois anos depois, em 1957, passou a reger a cadeira de Economia I e foi contratado como Técnico económico do Gabinete do Ministro das Finanças, o Professor Pinto Barbosa. Nunes da Silva participava nos trabalhos do *Gabinete de Investigações Económicas* do *ISCEF*, em que se destacavam os Assistentes mais antigos, que tinham publicado, em 1954, um estudo de grande impacto na época<sup>37</sup> e se foram doutorando: em 1957 Teixeira Pinto e Jacinto Nunes e, em 1961, Pereira de Moura. Fundado o *Banco de Fomento Nacional*, o primeiro foi para Director do respectivo Gabinete de Estudos e Projectos, convidando Vasco Nunes da Silva para Subdirector. Este permaneceu no cargo entre 1960 e 1963. Depois de uma fugaz passagem pela *Metalúrgica Duarte Ferreira*, como director, encetou carreira pública, como Inspector-Geral de Crédito e Seguros e Inspector-Geral de Finanças, este cargo em dois períodos, o primeiro entre 1971 e 1973 e, o segundo, durante vinte anos, entre 1974 e 1993, para além de muitas outras missões, públicas e privadas, da maior relevância.

### **Estruturas de Planeamento e *Banco de Fomento Nacional***

No final de década de cinquenta, impulsionados pela necessidade de melhorar a estrutura técnica de Planeamento do desenvolvimento económico-social que se procurava alcançar através dos «Planos de Fomento», começaram a surgir várias entidades – organismos públicos ou empresas – que foram outros tantos locais de eleição para diplomados pelo *ISCEF* poderem exercer a sua acção e aprimorar a formação académica. Têm lugar destacado entre estes, a *Inspecção Superior do Plano de Fomento*, o *Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII)* e o *Banco de Fomento Nacional (BFN)*. Em 1962, aquela *Inspecção Superior* transformou-se em *Secretariado Técnico da Presidência do Conselho*.

«A preparação do projecto de um novo banco para apoio ao desenvolvimento coubera a Marcello Caetano, quando Ministro da Presidência. Fora sob sua coordenação que tinha sido preparado o “II Plano de Fomento (1959-63)” – existem publicados cinco volumes do “Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento”, com centenas de páginas escritas pelo próprio Ministro –, que se apoiara numa pequena equipa de economistas, que pertenciam a um gabinete de estudos do INE, chefiada por António da Costa Leal, para elaboração dos cenários macro-económicos do Plano. Verificando a insuficiência dos serviços existentes para assegurarem as tarefas de planeamento, Marcello Caetano elabora, e apresenta em 1956, um projecto de reorganização dos serviços da Presidência do Conselho, publicado em 1957, que criava a

---

<sup>37</sup> Moura, Francisco Pereira de; Pinto, Luís Maria Teixeira; Nunes, Manuel Jacinto (1954) - «Estrutura da Economia Portuguesa», in *Revista do Centro de Estudos Económicos* do INE, n.º 14, Lisboa, (separata de 251 páginas).

Inspecção Superior do Plano de Fomento. *É então que apresenta o projecto de banco para apoio ao desenvolvimento, que veio a ser criado com a designação de Banco de Fomento Nacional*<sup>38</sup>.

A *Inspecção Superior do Plano de Fomento*, criada em 1957, tinha à frente um licenciado em Direito, que já pertencia aos quadros da Presidência do Conselho, Vasco da Cunha d'Eça. Economistas, havia poucos, do regime antigo. No início dos anos sessenta, ainda antes da transformação em *Secretariado Técnico*, entraram licenciados do *ISCEF*, alguns, recém-formados, como Rui Santos Martins e Margarida Câmara Pires (Santos Martins) e outros, que transitaram do *Banco de Fomento Nacional*, como João Fernandes Salgueiro e José Matos Torres.

Organismo novo que, com rapidez, ganhou protagonismo, por força da qualidade do trabalho nele realizado, foi o *Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII)*, destacando-se vários economistas na sua «Divisão de Estudos de Economia Industrial». Aí se encontram, logo desde a fundação do *INII*, em 1959, João Pereira de Moura, Mário Silva Murteira, Manuel dos Santos Loureiro, João Silva Cruzeiro, Odete Esteves de Carvalho e Maria Odete Vital, que desenvolvem importante acção de pesquisa, vocacionada para o desenvolvimento industrial e para a criação de instrumentos de natureza estatística, da maior relevância para o progresso metodológico do planeamento económico-social do nosso país. Logo a partir de 1961 são publicados volumes com estudos originais, que formam a colecção de «Cadernos de Desenvolvimento Industrial do INII», apontando para o planeamento na indústria, o desenvolvimento regional e a construção da Matriz de input-output da Economia Portuguesa<sup>39</sup>. Nos anos sessenta, o *INII* continuou a admitir licenciados de *Económicas* que se tinham distinguido, como Alberto do Nascimento Regueira (melhor aluno de 1961) e Eugénio Fialho Borralho, que partilhou o lugar cimeiro, em 1963, com Maria do Rosário Reis (Cocco).

O *Banco de Fomento Nacional* foi criado por legislação do final de 1958 mas só iniciou o funcionamento em Janeiro de 1960, tendo como Governador um economista anterior à Reforma de 1949, João Simões de Almeida, com provas dadas no comando de empresas, nomeadamente, na *Hidro-Eléctrica do Zêzere*, uma das mais importantes do Sistema Eléctrico Português, a que pertenciam as barragens do Cabril, Bouçã e Castelo de Bode. O *BFN* foi inovador face aos bancos existentes, dada a necessidade de o vocacionar para o financiamento, a prazo, do investimento e do desenvolvimento económico. Os Serviços de que foi dotado, inicialmente e depois, até 1970, marcaram diferenças em relação à Banca Tradicional, até pelo recrutamento selectivo de técnicos da nova geração – assim complementando o corpo técnico que transitara do extinto *Fundo de Fomento Nacional* – em especial economistas. O *BFN* cuidou, em particular, da formação pós-

---

<sup>38</sup> Miguel Caetano – testemunho escrito.

<sup>39</sup> Os primeiros volumes publicados foram: Caderno n.º 1 – Mário Murteira - «Planeamento Industrial – estudo introdutório»; n.º 2 – Manuel de Santos Loureiro - «Problemática do Desenvolvimento Regional»; n.º 3 – Manuel de Santos Loureiro - «A Acção Regional em França»; n.º 4 – João Cruzeiro - «A Análise Interindustrial e a Política Económica». Em Outubro de 1963 foi distribuído o Documento de trabalho n.º RF-1, do «Grupo de Trabalho para a Matriz», dirigido por João Cruzeiro, com os *Resultados Provisórios da Construção da 1.ª Matriz Portuguesa de Relações Interindustriais*. Em Espanha, os primeiros resultados da respectiva matriz de input-output tinham sido publicados em 1958, reportados à situação da sua Economia em 1954.

académica dos seus quadros, quer através de cursos então ministrados no país (*INII, AIP, CEGOC*) quer no exterior, relacionados com os novos conceitos, então nascentes, quer na análise de projectos (*Banco Mundial, Crédit National*), quer em modernas formas de gestão. Aliás, o próprio *BFN* tornou-se, em termos práticos, um instrumento na formação de analistas de projectos. De notar, ainda, como factor positivo, não podendo o Banco absorver, e promover adequadamente, os técnicos que ia, sucessivamente, formando, alguns foram saindo, o que possibilitou disseminar a filosofia de análise cuidada de novos investimentos e de gestão económico-financeira pelas empresas para onde se transferiram<sup>40</sup>.

O *BFN* foi erigido de acordo com princípios que privilegiavam a modernidade e a qualidade dos recursos humanos empregues, constituindo um dos principais núcleos de absorção de diplomados das nossas Universidades, com destaque para economistas e engenheiros. Além dos técnicos que tinham transitado do *FFN*, foram admitidos, logo no início de 1960, técnicos saídos do *ISCEF* depois de 1954: Aníbal Figueiredo Sequeira, Noel de Melo Loureiro, António dos Santos Labisa e António Augusto de Almeida, os dois últimos destinados à apreciação de projectos para aplicação nos territórios ultramarinos.

O «Gabinete de Estudos» tinha como director o Doutor Luís Maria Teixeira Pinto, e como subdirectores, o Eng.º Nogueira da Costa e Vasco Nunes da Silva, a que já se aludiu. Como técnicos entraram João Amado de Freitas, João Fernandes Salgueiro, Rui Martins dos Santos, Walter Pego Marques, José Andrade Soares, José Matos Torres e João Carreira de Almeida, todos do *ISCEF*, e bem assim alguns licenciados em Direito. Com o decurso do tempo, prosseguiu a renovação de quadros do Banco e a criação de novos Serviços, como assinalado, continuando a verificar-se a entrada de técnicos com formação universitária, nomeadamente, diplomados pelo *ISCEF* e engenheiros. No «Gabinete de Estudos» refiram-se, apenas, vindos do *INII*, Manuel dos Santos Loureiro e João Silva Cruzeiro, para além de Roque de Oliveira e Proença Varão. No «Serviço de Fomento» ingressaram, ao longo do tempo (para só citar alguns e sem a preocupação de respeitar a cronologia), José Almeida Serra, Francisco Pecurto Abelho, José Mariguesa, Octávio Teixeira, Abel Machado d'Oliveira, Helder de Oliveira, Daniel Amaral, Gelásio Pires, Carlos Prieto Traguelho e António Farinha Morais<sup>41</sup>.

Entretanto, em 1962, o núcleo de planeamento económico da Presidência do Conselho ganhara outra expressão, através da transformação da *Inspecção Superior em Secretariado Técnico da Presidência do Conselho*. Claro exemplo da interligação entre os vários organismos de planeamento – fossem os oficiais, fosse o *Centro de Estudos de Economia Aplicada* da *AIP* – pode ser dado através da requisição de João Salgueiro<sup>42</sup> ao *BFN* para integrar os serviços do *Secretariado Técnico*, com vista à preparação do «Plano Intercalar de Fomento». Também aqui surgem novos elementos que, antes, pertenciam ao *INII* – caso de Alberto do Nascimento Regueira

---

<sup>40</sup> Noel Loureiro – testemunho escrito.

<sup>41</sup> As referências nominais baseiam-se nos depoimentos de Noel Loureiro e de Miguel Caetano.

<sup>42</sup> Foi fazer especialização em planeamento económico no *Economic Planning and National Accounts Institut*, da Holanda e, mais tarde, em 1965, foi nomeado Director dos Serviços de Planeamento, época em que José de Sousa Mendes assumiu a Direcção dos Serviços de Integração Económica.

– ou à AIP – caso de Maria Filipa Gonçalves e de Carlos Antunes Filipe. Um dos melhores alunos do curso de 1963, Maria do Rosário Reis, também ingressou no *Secretariado Técnico*, onde se assinala, em diferentes épocas, a presença de qualificados economistas, como Alberto dos Santos Ramalheira – o melhor aluno de 1960, em conjunto com João da Silva Ferreira e Carlos Antunes Filipe –, José Maria Caldeira Guimarães, Alexandre Vaz Pinto, Maria Luísa Geraldês (Vaz Pinto), Maria José Pardana (Constâncio), Helena Torres Marques, Carlos Picado Horta, Vitor Rodrigues Pessoa, Maria Idalina Neves de Sousa, Carlos Oliveira Cruz, Vitor Constâncio, Manuel Cidade Moura e João Ferreira do Amaral, para citar, apenas, alguns dos que participaram no III Plano de Fomento (1968-73), o mais evoluído de todos, em termos metodológicos <sup>43</sup>.

### **Quadros empresariais – panorâmica dos “pioneiros”**

*«A nova estrutura curricular permitiu que o Instituto começasse a apresentar no mercado de trabalho licenciados com melhores conhecimentos e aptidão para a gestão dos negócios em geral, para além duma maior percepção dos factores condicionantes da vida económica e, assim, esses licenciados atingiram, rapidamente, lugares cimeiros, em sectores até então dominados por advogados e engenheiros, nos mais variados ramos da actividade empresarial, tanto no Estado, como no campo privado. No sector privado emergiram nas grandes empresas e organizações industriais, como sejam os casos da CUF, dos Cimentos e da Electricidade. No caso da CUF a influência foi enorme, tendo alguns atingido lugares de topo na Administração das várias empresas deste grande conglomerado. Outros, ajudaram a criar e desenvolver novas empresas, como foi o caso da Siderurgia Nacional. Ou, introduziram uma nova dinâmica em sectores tradicionais e muito conservadores, como a Banca, os Seguros e a Marinha Mercante, com conceitos inovadores, para a altura, tais como planeamento a curto e longo prazo, o rigor orçamental, a estratégia de marketing, a criação de uma força de vendas e a gestão por objectivos»<sup>44</sup>.*

O chamado *Grupo CUF* conheceu grande desenvolvimento após o termo da II Guerra Mundial, o qual *«implicou mais exigência na condução das empresas, verificando-se um aumento da profissionalização da gestão e um recrutamento, cada vez maior, de quadros com formação universitária, nomeadamente no campo da economia e das finanças. Embora na primeira metade dos anos cinquenta já se verificasse a presença de licenciados com aquela formação na chefia de vários sectores da Companhia União Fabril<sup>45</sup>, é a partir de 1955 que se regista a admissão de um grande número de licenciados, inicialmente com predomínio de alunos do “curso antigo”, devido à procura de pessoas com experiência profissional»<sup>46</sup>.*

*«Na segunda metade da década de cinquenta e nos anos seguintes, entraram diplomados do “curso novo”, sendo os primeiros: Augusto Castro Pinto, que fez carreira dentro da CUF,*

---

<sup>43</sup> Referências nominais do depoimento de Miguel Caetano, que ingressou no *Secretariado Técnico* em 1965.

<sup>44</sup> José Viegas Dias – testemunho escrito.

<sup>45</sup> Seriam uma dezena.

<sup>46</sup> Helder Veiga – testemunho escrito. Em curto lapso de tempo terão sido admitidos mais de vinte diplomados, para vários sectores da *CUF* e para as empresas de navegação.

principalmente no sector contabilístico; Helder Veiga, que trabalhou na CUF, na Império e na Empresa Geral de Fomento (EGF), Rogério Fernandes Ferreira, com acção em especial na EGF, José Pires Lourenço, na CUF, Fernando Silva Figueiredo, na Sociedade Geral, António Amaro de Matos, na CUF, na Compal e na Setenave, Hugo de Jesus, na CUF, Walter Marques, na CUF, Manuel Augusto Monteiro, na CUF, na ISU<sup>47</sup> e na Norma e António S. Pinto Barbosa, na EGF»<sup>48</sup>.

A circunstância de um dos detentores do capital do *Grupo CUF*, Jorge de Mello, se ter diplomado em *Económicas*, talvez possa ter contribuído para a importância reconhecida aos licenciados do *Quelhas*, em especial depois da Reforma de 1949.

No Curso de 1954, Rogério Fernandes Ferreira, que se destacara entre os formados em Finanças, foi logo convidado para Assistente, na área das cadeiras de Contabilidade, e ingressou no *Grupo CUF*, mais precisamente na *Empresa Geral de Fomento*, onde, a breve trecho passou a comandar a Direcção Financeira, quando António Costa Leal assumiu a Direcção de Planeamento e Projectos<sup>49</sup>, ambos subordinados, directamente, ao Dr. João Simões de Almeida, que abandonara a presidência do *BFN*. Além do aconselhamento de procedimentos da área financeira às empresas do Grupo que, de certo modo, a *EGF* coordenava, já na década de sessenta esta empresa fazia a consolidação da Contabilidade de todas as empresas do *Grupo CUF*. Aí se manteve quase quinze anos<sup>50</sup>. Entretanto, Rogério Ferreira resolveu tirar, também, o curso de Direito (1966) e tornou-se um dos nossos principais especialistas em fiscalidade, tendo-se doutorado em Finanças em 1983 e seguido a carreira docente, não só em *Económicas*, de que é professor catedrático jubilado, como nas *Universidades Católica e Nova*, de Lisboa. A sua obra nas áreas da Fiscalidade, Contabilidade, Auditoria e Gestão Financeira confere-lhe o estatuto de autoridade unanimemente reconhecida.

Do Curso de Finanças de 1955 saiu Helder Neves Veiga, para ingressar, como chefe do Serviço de Estudos Comerciais, na *CUF*. De 1959 a 1964 esteve como adjunto da administração da *Império*, regressando à *CUF* para ser seu Director Financeiro, cargo em que se manteve até 1974, quando passou a dirigir a *Empresa Geral de Fomento*. Em 1979 foi administrador de várias empresas, salientando-se a *ESLI – Parques de Estacionamento de Lisboa*, onde se manteve até 1998. Foi administrador, ainda, da *LISNAVE* (1990-92) e da *Império* (1992-99). Desde 1996 que administra a *José de Mello, SGPS*.

Na *Indústria Cimenteira*, o primeiro da nova geração de Economistas foi João da Costa André, como será destacado adiante, seguido por Noel Loureiro, Hugo de Jesus, José António da Costa e José Carvalho Cardoso, os dois últimos tendo assegurado importante presença no *Grupo Champalimaud* até à alienação de parte significativa das empresas, no ano 2000. No Sector da *Energia*, basicamente na *Companhia Nacional de Electricidade*, os destaques vão para dois licenciados dos primeiros Cursos, com dedicação plena, muito prestigiados pela competência com que sempre actuaram, Alberto de Oliveira Calhau e João Vicente de Carvalho.

---

<sup>47</sup> ISU – *Império, Sagres, Universal*, empresa que geria o *Hospital CUF*.

<sup>48</sup> Helder Veiga – testemunho escrito.

<sup>49</sup> Mais tarde, foi o Professor Bento Murteira a assumir esta Direcção.

<sup>50</sup> Rogério Fernandes Ferreira e Helder Neves Veiga – testemunhos orais.

Na *Siderurgia Nacional* constituiu-se um diminuto núcleo de economistas que, a partir de 1956, contribuiu para o lançamento daquela a que o Eng.º Ferreira Dias chamava «*a rainha das indústrias*», o que permitiria avançar na senda da industrialização, com vista à melhoria dos níveis de bem-estar das populações e procurar contrariar a hemorragia de recursos humanos através da emigração. Era constituído por Noel de Melo Loureiro, Mário Martins Baptista e o autor, nos Estudos Económicos e Financeiros, e por Artur Alves Conde e Ricardo de Faria Camacho, na Contabilidade. Os Serviços foram sendo estruturados por forma a dar resposta cabal a todas as solicitações nestas áreas, e foram tomadas iniciativas de técnicas pioneiras, em especial, atendendo à dimensão do empreendimento, que não tinha paralelo no que já se fizera em Portugal. Basta pensar na concepção, estruturação e estabelecimento do Orçamento da construção do complexo siderúrgico. O apertado controle que se estabeleceu não permitia “derrapagens” orçamentais, o que parece ser a coisa mais natural, na actualidade, quando os instrumentos postos à disposição dos gestores são mais poderosos, incomparavelmente. Tarefa importante, durante os largos meses iniciais, foi a análise económico-financeira das propostas de fornecedores dos vários equipamentos fabris, condições contratuais, que incluíam financiamento, e respectivos preços. Quem está hoje familiarizado com os computadores pessoais e com as folhas de cálculo, que permitem obter, no instante, os resultados das mais complexas operações de cálculo aritmético, não consegue entender as dificuldades com que se lutava, há meio século, nesse domínio. A adjudicação da fábrica foi feita a um consórcio germano-belga, sob a liderança de uma grande empresa do Rhur, a *DEMAG*, apenas menos de quinze anos após a derrota da Alemanha.

Não é o local apropriado para referir o privilégio que foi participar na criação de um empreendimento da envergadura do complexo fabril da Siderurgia, em contacto directo com António Champalimaud e o Director Técnico, o Eng.º Alfredo Nobre da Costa<sup>51</sup>, com os quais aprendi imenso, nem as condições da saída do projecto, nos finais de 1959, em desinteligência com o Administrador Administrativo, o então Major António Sebastião Ribeiro de Spínola<sup>52</sup>. Noel Loureiro, pouco depois, entrou para o *BFN*, onde fez carreira à altura dos seus merecimentos: até 1974 foi técnico, subdirector e director de vários Serviços do *Banco* e administrador de uma empresa participada; depois de 1974 foi administrador do *BFN*, até 1991, e administrador-delegado e presidente de empresas financeiras do *Grupo*, entretanto adquirido pelo *BPI*, ao qual permanece vinculado. Ricardo de Faria Camacho saiu da *Siderurgia* em 1961, para exercer o cargo de director de duas empresas industriais, primeiro, da *Secheron Portuguesa*, depois, da *Comportel*. Em 1964 surgiu a hipótese de se fixar na sua Madeira natal, como administrador da principal moageira, a *Companhia Insular de Moinhos*, cargo que exerceu até 1997, período durante o qual a empresa conheceu notável desenvolvimento. Entretanto, a partir de 1968 enveredou, em simultâneo, pelo negócio do Turismo, sendo responsável pela edificação e exploração de vários

---

<sup>51</sup> Considero um erro grave cometido pelos políticos do nosso regime democrático a não aprovação do seu programa de Governo, quando foi indigitado Primeiro-ministro do III Governo Constitucional. O país teria beneficiado de ter à frente do seu Governo personalidade de invulgar envergadura.

<sup>52</sup> A este propósito, seja permitida nota autobiográfica, para enaltecer o colega Noel Loureiro, meu adjunto, que, apesar de toda a resistência e argumentação em contrário, quis acompanhar-me na saída da empresa. O autor era solteiro e iria tratar de outra vida, mas Noel Loureiro era casado e tinha sido pai em Outubro. Sempre me interroguei se seria possível ter merecido atitude tão sublime de um colega com quem se cimentara amizade imperecível.

hotéis de referência na Madeira, através de sociedades a que pertence e administra. Figura de prestígio, possui, também, vários negócios comerciais na linha da actividade familiar tradicional.

Mário Pereira Pinto ingressou no *Banco Português do Atlântico*, transitando a certa altura para o *Banco Comercial de Angola*, também pertencente ao Grupo do banqueiro Cupertino de Miranda, para se fixar no Brasil, depois de 1975, sempre com destaque no sector financeiro. Deste curso de 1954 também se orientou para a Banca tradicional, Rolando Pereira Galvão, que fez boa parte da sua carreira no *Banco Totta*, pertencente ao *Grupo CUF*. Em 1960 ascendeu a Director, passando a integrar o Conselho de Administração em 1966, como já acontecera, três anos antes, em relação à *Profabril*, e como aconteceu em relação a outras empresas do Grupo. De 1976 a 1979 foi, também, administrador do *IPE*.

Com percurso destacado na Banca perfila-se Mário Mosqueira do Amaral, licenciado em Economia em 1955 e com pós-graduação na *London School of Economics*, sempre no *Banco Espírito Santo*, tendo sido elemento essencial em toda a acção empreendida no exterior para relançamento do *Grupo* em Portugal, depois das nacionalizações, talvez o mais importante fora do núcleo da Família Espírito Santo, a que pertence o actual presidente do Grupo, também diplomado pelo *ISCEF*, Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, o qual se tem havido, de tal forma, na condução dos negócios do *Grupo*, que a *Associação Portuguesa de Economistas* lhe atribuiu o título de “Economista do Ano” em 1992, sendo distinguido, em 2001, como “Personalidade do Ano”, pela *Câmara Portuguesa de Comércio do Brasil*.

Na Banca têm acção destacada, também, dois alunos diplomados em 1956: Alberto de Oliveira Pinto e José Pires Lourenço. O primeiro orientou-se, desde início, para a actividade bancária, começando no *Banco de Portugal*, para, em 1958, ingressar no *Banco de Angola*, em Luanda, de que passou a ser director-geral em 1962. Regressou a Lisboa quatro anos depois, para ser secretário-geral do *Banco*, mantendo-se aí até final de 1973. Foi administrador em empresas industriais até regressar ao sector financeiro, em 1976, como presidente do *BNU*. Foi, sucessivamente, vice-governador do *Banco de Portugal* e presidente da *Caixa Geral de Depósitos*, onde se manteve entre 1980 e 1989. Desde 1991 que preside ao *Banco Nacional de Crédito Imobiliário*, projecto que concebeu e criou, tendo como seu vice-presidente José Pires Lourenço, que o acompanha desde 1980, quando teve funções análogas na *CGD*<sup>53</sup>. Antes, Pires Lourenço esteve na *TAP* (no lugar ocupado pelo autor), na *CUF* e na *NORMA*, para ingressar, em 1964, no *Banco de Angola*, como director. Antes de ir para a Administração da *CGD*, foi presidente do *Banco Intercontinental Português* (1974-77) e do *Crédito Predial Português* (1977-80).

Na actividade de *Seguros*, além de Viegas Dias, adiante referido, tem destaque outro colega de 1955, do curso de Finanças, Ruy Matos de Carvalho, que regressou ao Porto natal, para ingressar no negócio da família, a *Companhia de Seguros Garantia*, onde, por certo, desenvolveu actividade meritória, de que o seu comportamento discreto não permitiu chegassem ecos aos

---

<sup>53</sup> Foi deles que partiu o convite para o autor ir presidir à *Companhia de Seguros Fidelidade*, em 1988, quando foi reconhecido estar em situação de falência técnica e, por isso, o Governo ter decidido passá-la para a esfera do Estado, através da *CGD*, com o que se conseguiu recuperá-la, e deixar margem de manobra à *CGD* para acudir ao *BNU*.

colegas da capital, mas de que o seu desempenho seguinte é penhor. Ruy de Carvalho é figura de proa da actividade seguradora em Portugal: foi vice-presidente do *Instituto Nacional de Seguros* desde a sua fundação, em 1976, até 1979, quando assumiu a presidência, em que se manteve até 1982. Sob a sua orientação procedeu-se à reestruturação do Sector de Seguros, em 1980, através de um conjunto de fusões que procuraram melhor dimensionar o mercado. Quando foi possível voltar a existir uma agremiação de entidades patronais no Sector, esteve na primeira linha e, por isso, foi o presidente da *Associação Portuguesa de Seguradores*, desde 1982 até 1997, quando resolveu impor-se a aposentação do cargo. Os seus pares, porém, decidiram elegê-lo presidente honorário. Ruy de Carvalho teve intensa actividade em vários órgãos nacionais e internacionais, decorrente do seu enorme prestígio. Agora, preside ao Conselho Geral do *BPI*.

Figura destacada do Curso de 1955 é, ainda, Rui da Conceição Nunes, que orientou a sua vida para o Porto, em dupla opção, de casamento – com a colega Maria Amélia Barreira Lopes, originária de Bragança mas com família estabelecida no Porto, muito culta e inteligente, tendo consagrado a vida profissional ao Ensino – e de carreira académica, com participação no núcleo inicial da *Faculdade de Economia da Universidade do Porto*, onde se doutorou e completou todo o percurso até catedrático, desempenhando cargos de direcção. Rui Nunes foi, também, um dos fundadores da *Universidade Portucalense Infante D. Henrique*.

### **Economistas no Governo e no Banco de Portugal**

O Professor Pinto Barbosa foi o primeiro economista a integrar Governos do Professor Oliveira Salazar, como já referido, e teve a particularidade de, a partir de Março de 1953 assumir, também, a titularidade da pasta do Orçamento, por saída do respectivo titular, o Doutor Fernando de Seabra, que preferiu regressar ao Porto, para superintender na criação da *Faculdade de Economia*, naquela Universidade. A presença de Pinto Barbosa nas altas esferas do Ministério das Finanças foi extremamente benéfica para prestigiar os diplomados do *ISCEF*, que começa a chamar para com ele colaborarem, seja como técnicos do seu Gabinete, seja para lhe sucederem, como aconteceu em 1955 com Manuel Jacinto Nunes, quando passou a sobraçar a pasta das Finanças. Nesse período, desempenharam funções técnicas no Gabinete do Ministro, entre outros, Vasco Nunes da Silva e Ricardo Faria Blanc, também licenciado com alta classificação no curso de 1954, que foi o primeiro da Reforma de 1949 a ingressar no Governo: foi Subsecretário de Estado do Tesouro, em 1962, em substituição do malogrado economista Francisco da Costa Farelo, que sucedera no final de 1959, ao Doutor Manuel Jacinto Nunes, entretanto o primeiro diplomado do *Quelhas* na administração do *Banco de Portugal*, como seu vice-governador. Como governador do Banco, em Abril de 1966, o Professor Pinto Barbosa voltou a ser pioneiro, já que nunca o cargo fora preenchido por um diplomado por *Económicas*. Assim, durante algum tempo, a cúpula do nosso Banco Central foi ocupada por especialistas nas matérias objecto da acção da instituição, ainda que tendo transitado, ambos, pelos gabinetes governamentais.

Diga-se a este propósito, no entanto, haver, nos quadros do *Banco*, licenciados do *ISCEF* de elevada craveira, de que é legítimo destacar dois, que foram colaboradores da *Revista de*

*Economia*: Álvaro Ramos Pereira<sup>54</sup>, uma das nossas maiores autoridades nos domínios monetário e cambial, e Hernani Caeiro Pereira, que foi, também, director do *Banco de Portugal* e era considerado um profissional de eleição, a ponto de o Ministro do Ultramar, Professor Silva Cunha, o ter convidado para ser o primeiro presidente do *Instituto de Crédito de Angola*, sabido, como era, ser elemento afecto à oposição ao regime. O 25 de Abril de 1974 encontrou-o director do *Banco de Portugal* e foi convidado pelo Governo Provisório para vice-presidente do *Banco de Fomento Nacional*, cargo de que saiu por sua iniciativa, em 1976, regressando ao seu posto de origem<sup>55</sup>.

Voltando aos cargos governamentais, que interessam a esta pesquisa na perspectiva da influência que exerceram para a visibilidade dos economistas, Luís Teixeira Pinto foi para Ministro da Economia, em 1962. João da Costa André sucedeu a Ricardo Faria Blanc, no Tesouro, como Subsecretário, em Agosto de 1968, e assim se manteve até Março de 1969, quando se tornou no primeiro Secretário de Estado do Tesouro. O seu cargo anterior voltou a ser preenchido em Maio de 1970, por António Santos Labisa, outro diplomado de Economia de 1955, que se manteve no cargo até Agosto de 1972. Antes de Abril de 1974, fora do Ministério das Finanças, houve, ainda, Valentim Xavier Pintado, Secretário de Estado do Comércio, João Salgueiro, como Subsecretário do Planeamento, em 1969, Alexandre Vaz Pinto, do Comércio, em 1970, passando a Secretário de Estado, também do Comércio, dois anos depois, situação que se verificou, nas mesmas datas, com Rui Martins dos Santos, quanto ao Fomento Ultramarino. Entre 1972 e 1973, como adiante sublinhado, Costa André foi Secretário de Estado da Instrução e Cultura.

### **Alfredo António de Sousa<sup>56</sup> e Leonardo Ferraz de Carvalho**

Também o melhor aluno de 1958<sup>57</sup> – Alfredo António de Sousa – não terá recebido convite para ser Assistente no *ISCEF*. Aparece a leccionar Economia Política e Estatística, do 2.º ano do *Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU)* no primeiro «Anuário da Universidade Técnica» posterior à integração desta Escola na Universidade<sup>58</sup>. No ano lectivo seguinte a denominação do *ISEU* foi alterada para *Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU)* e aquela disciplina aparece desdobrada em duas, no mesmo 2.º ano, com os mesmos docentes. Alfredo de Sousa, agora, também lecciona Contabilidade, inexistente no programa de estudos anterior. Em 1963-64 estão-lhe confiadas as disciplinas de Estatística e de Contabilidade, tendo a de Economia Política sido atribuída ao Prof. Catedrático Doutor José Júlio Pizarro Beleza. No ano lectivo seguinte Alfredo de Sousa foi para Paris preparar (parece que sob a orientação do Professor Celso Furtado) o doutoramento, que obteve em 1967, em Ciências

---

<sup>54</sup> Bastien, Carlos - «Álvaro Mamede Ramos PEREIRA (1920-1984)» in *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*, coordenação de José Luís Cardoso, Temas e Debates, Lisboa, 2001, pp. 246/249, substitui, com vantagem, o perfil que pudesse ser traçado, nesta ocasião. Exemplo flagrante do desvario que comandou a vida portuguesa depois do golpe comunista de 11 de Março de 1975, foi a sua destituição de Administrador do *Banco*, por resolução do Conselho da Revolução!

<sup>55</sup> Noel de Melo Loureiro – testemunho oral.

<sup>56</sup> O autor agradece, muito reconhecido, os esclarecimentos prestados pelos Professores Eugénia Mata e António Manuel Pinto Barbosa, sobre o percurso académico de Alfredo de Sousa no seu regresso a Portugal, depois de Paris.

<sup>57</sup> A par de Rui Martins dos Santos.

<sup>58</sup> Universidade Técnica de Lisboa - *Anuário* – Ano lectivo de 1961-62, Lisboa, 1961, p. 97.

Económicas, pela *Faculdade de Direito e Ciências Económicas da Universidade de Paris*, onde ficou a leccionar até 1969.

Alfredo de Sousa regressou ao ensino na *Universidade Técnica de Lisboa*, em 1970, agora no *ISCEF*, e, a partir de 1972 foi professor, também, na *Universidade Católica* e no *ISCTE*, bem como na *Universidade Nova de Lisboa*. Esta era uma instituição departamental mas, em dado momento, iniciaram-se movimentos tendentes à transformação dos Departamentos em Faculdades. O Prof. Doutor Alfredo de Sousa terá estado na génese do movimento de criação da *Faculdade de Economia*, presidindo à sua Comissão Instaladora – que contou, entre outros, com os Professores Cavaco Silva e Manuel Soares Pinto Barbosa –, encabeçando várias lutas, como a desencadeada para obtenção das instalações de Campolide, onde a Escola veio a estabelecer-se. A estruturação dos *curricula* foi matéria em que muito se empenhou, contando com a importante colaboração dos colegas, podendo afirmar-se ter impulsionado a refundação da moderna Ciência Económica em Portugal, em 1977 – como pode ser entendida a elaboração do Plano de Estudos desta *Faculdade de Economia* –, situando-se a sua fundação na Reforma do *ISCEF* de 1949.

Outra faceta essencial para caracterizar o Prof. Doutor Alfredo António de Sousa, tão prematura e dramaticamente ceifado do nosso convívio, era a acuidade das suas análises da situação económica e social do país, publicadas em crónicas de jornal. Apesar de, por vezes, inquinadas por alguns «ódios de estimação», que o seu temperamento não conseguia sublimar, faz-nos muita falta a escrita que, de forma directa, obrigava a focar a atenção no essencial, desfocado pelo alarido do acessório, não poucas vezes trazido a primeiro plano com intuítos inconfessáveis.

Nesta evocação de saudade de penas ilustres de Economistas, temos de reverenciar, agora, a memória de outro colega de eleição, verdadeiro fundador do jornalismo económico em Portugal – Leonardo Ferraz de Carvalho. Por muito que possa pesar a quantos já escreviam sobre temas económicos em jornais portugueses, tem de se considerar que ao Leonardo cabe aquele estatuto, através da fundação da revista «Tempo Económico», nos alvares de 1974. A estrutura da Revista foi muito inovadora, com grande variedade de temas a abordar, quer em matérias redactoriais, quer em entrevistas e crónicas de analistas avisados, tudo abordado com muita vivacidade e ânsia de rigor. Homem de empresa – como sempre se considerou – estava a desenvolver importante actividade no sector segurador, onde era Administrador da *Sociedade Portuguesa de Seguros*. Também no Brasil (que tanto admirava), tinha administrado várias sociedades, entre 1975 e 1985, ao mesmo tempo que se desdobrava, como cá, numa acção intensíssima de análise e divulgação económica, nomeadamente, quanto ao mercado de capitais, que interpretava superiormente. As suas crónicas – felizmente, reunidas em livros – são insubstituíveis.

Leonardo Ferraz de Carvalho e Alfredo de Sousa eram dois escritores de elevada capacidade, que fazem falta como consciência crítica que não permitia, à mediocridade, vicejar.

### **Três “case studies”: José Viegas Dias, António Amaro de Matos, João da Costa André**

Os testemunhos de Viegas Dias e Amaro de Matos foram prestados num Seminário organizado pelo *Instituto Humanismo e Desenvolvimento*, sobre “40 anos de carreiras profissionais”, em Janeiro de 2000, cujas gravações foram, amavelmente, cedidas por Luís Barbosa, dirigente do *IHD*, amigo de longa data, que também prestou testemunho oral. Amaro de Matos facultou o texto preparado para o seu

depoimento. O testemunho de Costa André foi recolhido por e-mail. Em todos os casos, os aspectos laudatórios são da lavra do autor, como é natural. Para quem os não conhece, todos subscrevem a citação bíblica que Amaro de Matos colocou no “prelúdio” da sua exposição: «*Ai dos que são sábios a seus próprios olhos e inteligentes na sua própria opinião*»<sup>59</sup>.

Os três casos reunidos neste capítulo correspondem a padrões diferenciados de *quadros empresariais*, embora todos tenham passado pela docência universitária. Viegas Dias é o quadro sempre vinculado ao mesmo grupo económico, desde que ingressou na seguradora *Império*: dirigiu sociedades de diferentes ramos, ainda que com predomínio dos seguros, e não exerceu qualquer actividade governamental ou em entidade pública, pontoando o seu percurso com posturas de vanguarda. Amaro de Matos, na parte mais visível da sua carreira, está vinculado ao mesmo grupo económico, mas alongou-se na formação extra-curricular antes de ser administrador de empresas e teve curioso percurso entrelaçado de gestão privada e pública, tanto antes como depois da Revolução, com período de vida profissional no Brasil, vindo a participar no primeiro Governo de Cavaco Silva. Costa André começou por ser homem de empresa, optou pela docência universitária de par com profissão liberal de consultoria associada às matérias do seu ensino, teve funções governamentais em diferentes áreas e, depois do 11 de Março, fixou-se no Brasil (com episódico regresso a Portugal, decepcionante) onde multiplicou experiências profissionais de grande desafio.

José Viegas Dias (VD), ainda estudante, passara a integrar o Conselho Económico do *BPA*, por convite do Prof. Doutor António Maria Godinho<sup>60</sup>, membro do mesmo Conselho, ao qual pertenciam outras personalidades destacadas, como o banqueiro Cupertino de Miranda, dono do Banco, o Dr. Nuno Simões, que fora ministro na 1.<sup>a</sup> República e o Professor Teixeira Ribeiro, de Coimbra. Já como licenciado viveu aí uma experiência de “oportunidade perdida”, quando um dos eminentes conselheiros, depois de ter estudado durante algum tempo documentos trazidos ao Conselho por Cupertino de Miranda, referentes a Fundos de Investimento Mobiliário, considerou ser matéria sem interesse. Terminado o Curso foi convidado para Assistente da cadeira de Matemáticas Gerais, de que era titular o Prof. Doutor José Vicente Gonçalves, oriundo da *Faculdade de Ciências de Lisboa*, uma das «feras» da época. Também se ocupou de aulas práticas de Teoria Económica, nas cadeiras de Economia I (1.<sup>o</sup> ano) e de Economia III, do 3.<sup>o</sup> ano do Curso de Economia. VD era um caso de manifesta vocação pedagógica. As récitas de finalistas do *ISCEF*, que consistiam num espectáculo de revista teatral, eram conceituadas pelo nível das representações e dos textos, bem elaborados, de mordaz crítica à vida académica. Não há memória de haver um docente tão acarinhado pelos alunos, como VD, em particular na revista do ano em que, terminando o contrato, deixaria de leccionar, com repetidas manifestações pedindo para continuar como professor. Não se entende, portanto, que tenha sido desencorajado de prosseguir a carreira académica, a não ser por um daqueles lapsos que até grandes homens não deixam de

---

<sup>59</sup> Isaías: 5-21.

<sup>60</sup> Ao tempo, leccionava Geografia Económica Portuguesa, no 1.<sup>o</sup> ano, e História Diplomática, curso semestral, no 4.<sup>o</sup> ano de Economia.

cometer<sup>61</sup>. Foi pena: a sua tese de doutoramento fazia articulação entre macroeconomia e seguros, o que não é usual, e a Universidade foi privada de um pedagogo.

Entretanto, em 1956, entrara para o *Grémio dos Seguradores*, como Director, mas, a breve trecho, um dos dirigentes, o Dr. António Garcez, convidou-o para ingressar na *Companhia de Seguros Império*, de que era Administrador-delegado. Assim, em 1958, VD, depois de realizar amplo estágio em toda a empresa, passou a ser Director desta seguradora. Os choques com o espírito ditatorial e rotineiro que imperava na companhia não lhe permitiram, então, encetar o processo de profunda transformação, ocorrido mais tarde. Quando regressa à *Império*, em 1968, como seu Administrador-delegado, é para pôr em execução o conjunto de princípios sobre gestão que o estudo e a experiência profissional – como a que vivera para pôr em funcionamento um hotel de luxo no Algarve, no seu interregno de Seguros – lhe apontavam como os mais ajustados para uma seguradora, que tem de funcionar centrada no cliente, para o servir com qualidade, mediante a solidez financeira da empresa, obtida pela adequada gestão dos riscos e do património.

Apoiado num núcleo de licenciados de *Económicas*, à frente dos quais se destacava Luís Barbosa, empreende a transformação de uma empresa que, como era usual nos Seguros, estava enquistada na tradição. A revolução – que consistiu em caracterizar a *Império* como empresa de “marketing” – arrastou todo o sector de Seguros, que se viu obrigado a evoluir, para não «perder o comboio da modernidade». A filosofia da “motivação” do pessoal da empresa foi a chave do sucesso, coroada pela criação de uma força de vendas que mais nenhuma empresa de serviços teve, nos anos mais próximos, em Portugal. Isso permitiu, quando o volume de prémios anual era da ordem de 100 mil contos, estabelecer como meta alcançar o milhão de contos, o que, apesar da incredulidade e resistências, foi alcançado antes da época prevista.

Permitiu, também, o sucesso que foi o *Fundo de Investimento FIDES*, a réplica à tal “oportunidade perdida” do seu tempo do *BPA*: a *Império* fez com que a democratização do capital das empresas do *Grupo* fosse uma realidade em termos não imaginados. A comercialização iniciou-se em 1972 e, quando foi coercivamente extinto, três anos depois, o valor do seu património era de 7 milhões de contos, o que não andarão longe dos 700 milhões actuais<sup>62</sup>! O órgão competente do Ministério das Finanças fazia inspecções frequentes à contabilidade do *FIDES*, o que muito agradava à Administração da Seguradora, porque, assim, tinha auditorias externas gratuitas<sup>63</sup>. Quando, depois do 11 de Março de 1975, o *Fundo* foi extinto, as indemnizações pagas aos detentores das unidades de participação assumiram valor não comparável com outras situações, porque o património do *FIDES* era o de uma instituição fidedigna, na realidade.

A *Império* tornou-se a segunda seguradora da península ibérica, respondia por 16% do mercado português, internacionalizou-se como nenhuma outra – sob o comando de VD, e com o apoio, entre outros, de Luís Barbosa, Augusto Murteira, Norberto Pilar, Paulo Fernandes, Madeira Correia, e, *last but not least*, José Santos Teixeira, especialista de mercado mobiliário, que, em

---

<sup>61</sup> Amaro de Matos, a propósito da experiência que teve com personalidades eminentes do *Hudson Institute*, comentava que «*peessoas inteligentes e brilhantes nem sempre dão bons conselhos*».

<sup>62</sup> As contas foram feitas em 2000, por Luís Barbosa, quando ainda existia esta “unidade de cálculo”.

<sup>63</sup> Luís Barbosa – testemunho oral.

França, assegurou o sucesso da *Império* e, no início da década de noventa, assumiu a presidência da Companhia para comandar, com mestria, a sua privatização.

A actividade de Seguros é fortemente internacionalizada, em especial, através do instituto do resseguro. A cobertura dos riscos mais vultosos, que são os que têm de ser colocados fora dos contratos usuais, denominados “tratados”, é feita na base da confiança pessoal. Não há dificuldade em perceber as razões pelas quais VD é um nome respeitado no mundo dos Seguros. Entretanto, na sequência do prestígio granjeado, foi presidente do *Grémio dos Seguradores*, de 1969 a 1971, sendo nesse período que se realizou o «I Congresso Nacional de Seguros»<sup>64</sup>, cujas Actas evidenciam a qualidade dos seus trabalhos, com importantes contribuições nos domínios técnico e legislativo, mas que não teve sequência, ainda: foi o primeiro e único, até agora. Também ocupou a vice-presidência da Corporação de Crédito e Seguros, até 1973.

Entre 1975 e 1978 VD esteve em Londres, no núcleo de apoio aos principais representantes da Família Melo, na recuperação do *Grupo CUF*, ocupando-se, em particular, do resseguro, em que realizou, durante esses três anos, maior volume de negócios do que fazia, a partir de Portugal, todo o mercado segurador português. Em 1978 regressou a Lisboa, para ser o Administrador-delegado da *Lisnave*, cargo que ocupou até 1992. Durante esses catorze anos, em que a empresa continuou a ser fustigada pelo vendaval dos ventos da demagogia que assolou a esfera económica e social no tempo pós-revolucionário, tentou retardar ao máximo os efeitos destruidores da voragem reivindicativa, na expectativa de o bom senso ainda regressar, no que nem do Governo se terá obtido a compreensão do mal que se fazia a uma empresa que dependia do mercado externo para operar convenientemente, com decisões como a de proclamar, em «Diário da República», encontrar-se em «*situação económica difícil*». A *Lisnave* fora erigida como empresa fadada ao sucesso, dadas as enormes vantagens comparativas que tinha em todo o mundo da reparação naval, em especial, pelo clima que permitia trabalhar ao ar livre, na roda do ano, como por força da sua localização, importante em termos de estuário do Tejo mas, de modo especial, face às rotas internacionais dos navios de grande porte, que constituíam a sua principal clientela. Não haverá outro caso, na nossa Economia, de empresa talhada para ser forte à escala mundial: a sua destruição, como a da *Siderurgia Nacional*, representam marcos imperecíveis da nossa proverbial incapacidade para enxergar grande.

Entretanto, entre 1987 e 1988, VD, com pleno assentimento dos seus superiores do *Grupo CUF*, foi fundar duas companhias de seguros *Ocidental*, uma de Vida e outra de Não-Vida (ou de Ramos elementares), pertencentes ao *BPC*. É curioso notar que o conglomerado de empresas de seguros que este *Banco* comanda, e onde se encontra, hoje, a própria *Império*, detém a liderança do mercado português, como aconteceu com esta, sozinha, no distante ano de 1973, sob o comando de VD. Este, entre 1992 e 1997 voltou a integrar o Conselho de Administração da *Império*, depois desta regressar ao controle do *Grupo CUF*, via privatização, sem funções executivas. Outros cargos tem exercido e continua activo em ligação à actividade dos Seguros mas, de modo especial, ao comando das suas empresas familiares, que se desenvolvem de acordo com os seus parâmetros essenciais, de respeito pela qualidade.

---

<sup>64</sup> Lisboa, entre 25 e 29 de Outubro de 1971.

O melhor aluno de Economia, em 1955, foi António Amaro de Matos (AM), com dezassete valores. Dada a sua extraordinária propensão para as Matemáticas não surpreendeu que fosse convidado para Assistente da cadeira de Análise Matemática, do 2.º ano, de que fora titular, ainda nos primeiros anos da Reforma, o eminente Prof. Doutor Aureliano da Mira Fernandes, também professor no *Técnico*, que, constava, se correspondia com Einstein, em latim. Os primeiros anos do percurso profissional de AM permitiram-lhe o contacto com personalidades que reverencia – o Conde de Penha Garcia, na *CP*, e o Eng.º António Gouveia Portela, na *CUF* – o que determinou fosse apologista da formação nas Empresas: «*formação (qualquer formação) e informação (toda a informação) merecem amplamente todo o tempo e todo o dinheiro que se lhes puder consagrar*».

Na *CP*, além do trabalho corrente que realizou como Adjunto do Administrador referido, recorda os ensinamentos que dele recebeu, em especial a forma como, com ele, debatia «*em termos estimulantes, o que ainda era revolucionário na altura, quer como conceito, quer quanto à disponibilização de novos meios electrónicos – a informática, que permitiria fazer em termos de gestão aquilo que não era sequer pensável obter por meios clássicos – fosse qual fosse a quantidade de trabalho envolvido*». Na *CUF*, onde ingressou em 1960, foi para ser Adjunto de outra personalidade eminente, Director de Investigação. Também aqui coloca em evidência «*o privilégio de ter tido acesso, directo e em primeira mão, à imaginação e inteligência informada do Eng.º António Portela*». Competia a AM ocupar-se dos novos métodos de gestão, explorá-los teoricamente e fazer a experimentação com vista à sua aplicação no *Grupo*. Movendo-se, com facilidade, na Análise Operacional e na aplicação, aos problemas das empresas, dos métodos de inferência estatística, AM elaborou modelo matemático para uma das unidades fabris do Barreiro<sup>65</sup> e aplicou a Programação Linear à formulação das rações para animais, o que foi coroado de êxito e deve ter sido pioneiro em Portugal.

Em 1963 foi protagonizar a entrada do *Grupo CUF* na industrialização de produtos agrícolas, como Administrador-delegado de quatro empresas: *Compal*, *Sicel*, *Mopel* e *Maizal*. Essa circunstância determinou o abandono das funções docentes e a interrupção dos seus projectos de doutoramento. Com o decorrer do tempo, como aconteceu (e acontece) em tantos outros casos, o que se interrompeu não foi recomeçado, com o que, quem mais perdeu, não foi ele, seguramente. Durante seis anos construiu o sucesso desse sector, de que emergiu a *Compal*, afirmando-se, tanto no mercado interno – todo o marketing desenvolvido traduziu-se numa efectiva conquista de consumidores, devidamente esclarecidos acerca dos novos produtos, que preenchiam anseios identificados com clareza – como na exportação, onde defrontava a concorrência de potências há muito estabelecidas no sector, como a Itália e os Estados Unidos (Califórnia), mas, principalmente, a dos outros portugueses, «*sempre cada um mais esperto que o vizinho e sempre incapazes de actuarem responsabilmente em conjunto*». A sua visão acerca deste negócio é muito clara: «*confiabilidade no que respeita a todos os elementos em jogo, designadamente qualidade e*

---

<sup>65</sup> Era um modelo matricial com 150 variáveis e número correspondente de relações entre as variáveis, que só cabia numa parede da sua sala de trabalho, onde os visitantes se deslocavam a apreciar o fenómeno. AM sentia-se, de par com a matriz, «*exibido como um sujeito que sabia fazer coisas esquisitas e aparentemente muito complicadas*». Essa, uma das razões para aceitar o desafio seguinte, de ir comandar quatro empresas.

*prazos, são elementos essenciais para uma actividade exportadora continuada – a exportação não é para amadores nem para aventureiros: deve ser programada e executada com a minúcia correspondente a uma operação delicada».*

No regresso à Direcção de Investigação, AM continuou a liderar projectos pioneiros: um, do estabelecimento de uma «Escola Superior de Administração», associada a Instituição estrangeira de prestígio, patrocinada por grupos económicos, e outro, de acompanhamento de estudos exaustivos sobre as potencialidades económicas de Angola, realizados por especialistas do *Hudson Institute*. Ambos os projectos, em que voltou a ter oportunidade de contactar com personalidades fascinantes, foram gorados pela intervenção estatal: o primeiro, porque um membro do Governo afiançou que seria executado através do *INII*, o que não ocorreu, e o segundo, porque as entidades governamentais a quem foi entregue, não o puseram em execução. Este último deu-lhe «a certeza de que Angola – administrada por gente competente – poderia transformar-se num grande e próspero país»<sup>66</sup>. Esse fracasso de desempenho do Sector Público não foi impeditivo de aceitar com ele colaborar directamente, no que foi a sua primeira experiência desse tipo de gestão, devidamente autorizado pelos seus superiores da *CUF*: presidente do *Fundo de Fomento de Exportação*, onde desenvolveu acção de dinamização daquele instrumento das exportações, sempre baseado na valorização, através da formação, de técnicos universitários, qualificados, que foi possível recrutar. A transformação que operou no *FFE* foi determinante para maior projecção das nossas vendas ao exterior, com o aumento do número de delegações e maior operacionalidade com efectivo apoio aos exportadores: não foi ainda mais amplo este apoio porque a ortodoxia de certos órgãos, a isso obsteu<sup>67</sup>.

Terminada a missão de três anos regressou à *CUF*, agora para acompanhar o Eng.º Álvaro Barreto no comando da *Setenave*, o que se tornou particularmente difícil depois de 25 de Abril de 1974. AM estava no Brasil, um ano depois, com outros quadros da empresa, para negociar a venda de navios graneleiros à *Docenave*, quando recebeu instruções para não regressar, porque os estaleiros iam ser nacionalizados. Assim iniciou o seu período de trabalhador migrante no Brasil, que se prolongou por sete anos, onde foi quadro de empresas brasileiras, como a *Editora de Guias LTB*, com o monopólio brasileiro de edição de listas telefónicas e de outros tipos de guias. O seu regresso a Portugal, em 1982, foi feito através do empresário Manoel Boullosa<sup>68</sup> – cujos interesses representou no Brasil, nomeadamente como principal executivo do *Banco Pinto de Magalhães*, em São Paulo<sup>69</sup> – para gerir a *Bertrand*, empresa editora e livreira em dificuldades, em especial por

---

<sup>66</sup> Dois projectos, apenas, bastam para avaliar as potencialidades detectadas: «a construção de uma barragem no Zaire, no ponto em que 10% das águas de todos os rios do mundo – tal é o caudal do Zaire, só superado pelo Amazonas – correm entre estreitas gargantas, bastante a montante da foz, que produziria energia a preços mais baixos do que o Canadá, compatíveis com o tratamento do minério de alumínio que existe no território. O outro, era o da irrigação de uma área próxima do litoral, maior do que a Califórnia e com clima semelhante, com terras aptas a produzirem produtos agrícolas para todo o mundo, em condições imbatíveis de preço».

<sup>67</sup> Um caso entre vários: no rescaldo de uma desvalorização da libra esterlina, o *FFE* propôs-se suportar o ónus de uma “garantia de câmbio”, ao que o *Banco de Portugal* se opôs.

<sup>68</sup> «Um empresário criador e um grande comerciante, dotado de intuição e imaginação prática extremamente desenvolvidas, com capacidade invulgar para motivar».

<sup>69</sup> AM salienta ter sido «São Paulo (ainda mais do que o Rio de Janeiro) uma grande lição de humildade para os portugueses – sobretudo empresários e quadros – que foram trabalhar para o Brasil, nesta época: há empresas de dimensão e sofisticação internacionais. O Brasil tem a dimensão de um Continente, apresentando grandes assimetrias

força de problemas laborais gerados pela proximidade da *Cometna* e da *Sorefame*, na Venda Nova, que deixou viável, já em 1984.

Em Portugal, nos anos seguintes, AM continuou a exercitar-se na correcção dos males pós-revolucionários e a cruzar o seu percurso de gestor privado com o de gestor público. Destaque, neste particular, para a participação no primeiro governo do Prof. Cavaco Silva, de novo a acompanhar o Eng.º Álvaro Barreto, então Ministro da Agricultura; para a presidência da *Sociedade Financeira Portuguesa* (criada durante a guerra em África, há muito terminada), com o propósito de efectuar a sua privatização e finalmente, para a do *IPE*, com o objectivo da sua extinção. Eram missões difíceis, pela importância dos interesses que afrontavam, o que gerou várias campanhas, destinadas a denegrir a sua reputação. A posição quanto ao *IPE* era muito clara e foi sintetizada por AM: «*O IPE é o Estado. Travestido de empresa ou não, é o Estado. Devia, portanto, sair, e depressa, dos negócios em que não haja razão clara e bem definida para neles permanecer. Quando essa razão exista, deve ter consciência da sua validade temporal limitada e preparar a sua saída, abandonando quanto antes a posição embaraçosa de ser, em simultâneo, autoridade reguladora e agente económico, por vezes, não poucas, no mesmo sector*».

João Luís da Costa André (CA), diplomado em 1955, foi o primeiro licenciado do Curso de Finanças a obter a classificação final de dezassete valores e foi, também, o primeiro diplomado da Reforma a ingressar no Grupo empresarial comandado por António Champalimaud. CA recusou convites que recebeu, no final do Curso, incluindo ingressar em multinacionais, que só lhe ofereciam 75% do salário de entrada para os engenheiros: tinha estabelecido que não aceitaria remuneração inferior à dos diplomados pelo *Técnico*. Entretanto, aceitou dar aulas práticas, no *ISCEF*, ainda em 1956. Francisco Pereira de Moura indicou CA para efectuar a revisão e actualização do Plano Financeiro da *Siderurgia*, como profissional liberal. No final, a proposta de admissão nos quadros afrontava o critério que estabelecera, pelo que aquele industrial lhe pediu para confiar no seu critério, começando a estruturar os Serviços Económicos da *Empresa de Cimentos de Leiria*, a maior cimenteira da época, e deixando para depois a fixação da remuneração. Ao fim de cinco meses de colaboração com Champalimaud, CA viu satisfeitas as suas pretensões e foi nomeado Director Económico e Financeiro. Mais: a função de Economista ficou equiparada à de Engenheiro, nas empresas do Grupo, ao nível de entrada.

Em 1957, CA foi convidado para assumir a regência de Economia Industrial, com a incumbência de reformular a organização do respectivo programa de ensino. Nesse mesmo ano, participou, em parceria com o autor, no *II Congresso da Indústria Portuguesa*. No ano seguinte, passou a integrar o Conselho Orientador do *Gabinete de Investigação Económica* que, no *ISCEF*, congregava o pessoal docente do Grupo de disciplinas de Economia. O ano de fecho da década de

---

*e desigualdades, entre as quais figura a superior qualidade do seu tecido empresarial, que tem como padrão os EUA. A sofisticação do sistema financeiro brasileiro só tem para comparação a do americano. No centro da cidade de São Paulo, onde se concentra a actividade bancária, circulam, talvez, mais PhD's vindos de Universidades americanas, por metro quadrado, do que em qualquer outra cidade do mundo*». O autor, que trabalhou nas duas cidades, corrobora as afirmações acerca de São Paulo e acrescenta que a sua experiência no Rio de Janeiro lhe proporcionou contacto com profissionais e estruturas empresariais do mais alto nível que se possa conceber.

cinquenta foi, também, de viragem na carreira de CA. Ao fim de ano e meio de experiência concluiu pela impossibilidade material de conjugar as exigências de um emprego a tempo integral na Empresa com a responsabilidade docente. Opção difícil, por razões materiais evidentes – já casado e com filhos a nascer –, mas o apelo era o da carreira universitária e sabia ter na sua Direcção quem o poderia substituir. Champalimaud apoiou esta pretensão, e avançou com o convite para ser seu Consultor externo, com avença mensal. Nestes termos, CA decidiu-se a tentar uma experiência no género do que observara nos EUA, no final de 1956: dedicar-se ao ensino a tempo integral (por decisão sua e sem qualquer vantagem material, porque, à época, a Universidade não oferecia tal opção) e completar a experiência através de trabalhos de consultoria externa. Criou, então, um *Gabinete de Consultores Económicos*, rodeando-se de colaboradores, efectivos: deve ter sido o primeiro que se constituiu em Portugal e do qual colheu conhecimentos de economia aplicada que considerou da maior utilidade para o ensino que ministrava.

À actividade de consultor da *AIP* e de empresas industriais importantes, inclusive na área da energia, acresce a de conferencista e de publicista, em especial, na revista *Brotéria*, em que passa a colaborar, com regularidade. CA envolve-se, também, no movimento preparatório do ingresso de Portugal na integração europeia, publica textos, participa no *Colóquio*, sobre a matéria, organizado pela *AIP* e em congressos internacionais. No resto da década de sessenta, CA mantém-se com a actividade multifacetada descrita e prepara a tese de doutoramento, apresentando-se a prestar provas em 1967, com enorme sucesso. Como 1.º Assistente é encarregado da regência da cadeira de Organização e Gestão de Empresas, que estrutura com a sua proverbial proficiência.

No ano seguinte foi Subsecretário de Estado do Tesouro, com o Prof. Oliveira Salazar, e manteve-se nesse posto na primeira equipa governamental do Prof. Marcello Caetano, para ser, em 1969, o primeiro Secretário de Estado do Tesouro. A sua acção dinamizadora da área das Finanças foi importante, com reflexos tanto na esfera interna como na das exportações<sup>70</sup>, contribuindo para a significativa expansão da actividade económica. A legislação que se produziu a partir do Ministério das Finanças, durante o período em que nele permaneceu, muito lhe ficou a dever. Na recomposição ministerial de 1972 foi ocupar a Secretaria de Estado da Instrução e Cultura. Ao fim de oito meses, CA verificou não poderem ser criadas condições para obter os resultados que pretendia, pedindo a exoneração, o que conseguiu, apenas, em Abril de 1973.

CA retornou à Universidade: foi-lhe confiada a regência de Direcção de Empresas e provido no cargo de Professor Catedrático do 5.º Grupo de disciplinas do *ISE* e, em 1974 realizou visitas de estudo à Grã-Bretanha e a Angola, esta, para proferir conferências. Constituída a *Confederação da Indústria Portuguesa*, após a Revolução de 1974, foi contratado como Director do Departamento de Estudos Económicos. Depois de comparecer em Davos, como representante português no *forum* que precedeu o *World Economic Forum*, foi impedido de entrar no *ISE*, em finais de Maio de 1975, decidindo mudar-se para Munique, onde tencionava fixar residência. A

---

<sup>70</sup> Neste particular contribuiu para a ampliação de mercados externos, através da regulamentação do crédito e do seguro de crédito á exportação. Este, era ambição antiga (remontava a 1931), mas não se concretizava, apesar de várias tentativas de legislação, que não passavam do “Diário do Governo” (como a de 1967). Em 1969 propôs a criação da *Companhia de Seguro de Créditos*, convidando o Prof. Alves Martins e o autor para darem corpo ao projecto, o que se efectivou: a *COSEC* afirmou-se no selecto universo das seguradoras de crédito internacionais e continua em actividade.

assinatura de um “Acordo Nuclear” entre a Alemanha e o Brasil levou àquele país vários empresários brasileiros, surgindo o ensejo de o convidarem para ir trabalhar em São Paulo<sup>71</sup>.

No seu percurso brasileiro, CA voltou a ser quadro empresarial, mas não esmoreceu a sua preocupação pedagógica, através de artigos em revistas e jornais, conferências e lições, estas em estabelecimentos universitários para que era convidado, tanto no Brasil, como em Portugal ou em Macau, o que ocorreu, com frequência, entre a sua chegada ao Brasil e 1997. CA teve a seu cargo uma cadeira do Curso de Mestrado da Faculdade de Economia e Administração da USP, até ir para o Jari (1980). A sua primeira empresa, logo a partir de Agosto de 1975, foi o importante Grupo brasileiro da *Editora de Guias LTB*, que em Portugal lançou as “Páginas Amarelas”, depois vendidas à *ITT*. Foi nesta empresa que, em Novembro seguinte, também ingressou Amaro de Matos. CA permaneceu na *LTB* até 1980, numa evolução constante, sendo o seu último cargo o correspondente a Administrador, em Portugal, eleito pela Assembleia Geral.

A permanente busca de realização plena levou-o a mudar de rumo para participar no projecto concebido por Daniel Ludwig (ao tempo, tido como a maior fortuna pessoal do globo) para a região do rio Jari, afluente do Amazonas, próximo da respectiva embocadura, considerado o maior projecto privado de desenvolvimento regional. Aceitou ser “Vice-president of Finance and Chief Financial Officer” e instalou-se no Jari<sup>72</sup> – que comportava 12.000 trabalhadores e famílias – consagrado ao projecto florestal, destinado a abastecer de pasta de papel os EUA, Japão e Europa, bem como à exploração de outros recursos naturais da região, como caulim, bauxita, plantação de arroz, criação de búfalos, etc. Com a venda do Projecto a um grupo de empresários brasileiros, em 1982, resolveu regressar a Portugal, mas, em pouco tempo, concluiu ser aposta falhada e, em 1983, estava de novo em São Paulo, agora como principal responsável pela gestão do *Banco Pinto de Magalhães*, do empresário Manoel Boullosa, para substituir Amaro de Matos que viera para Portugal, como número um da *Bertrand*.

No período de 1984 a 1990 voltou à profissão liberal, como consultor, desenvolvendo actividade no Brasil e no Paraguai. Em resultado de um dos estudos que elaborou, a *Sonora*, empresa em que já trabalhara em 1980, convidou-o a supervisionar a reestruturação económica e financeira da empresa, regressando para o efeito, por algum tempo, à cidade de Manaus. Entre 1990 e 1995, CA reparte a sua actividade entre São Paulo e Rio de Janeiro, já que, nesse período, desempenhou as funções de principal executivo da *CGD*, no Brasil, instituição denominada *Banco Financial Português*. Em 1996 regressou ao sector industrial, como Director Financeiro e de Relações com o Mercado de uma das mais conceituadas firmas brasileiras, também instalada no exterior, a *COFAP*, entretanto vendida aos italianos do *Grupo FIAT*.

CA adquiriu, em 1998, uma propriedade rural de muitos hectares no sul do Estado de Minas Gerais para se dedicar, no seio familiar, à realização de um projecto de longo prazo, de recuperação da bio-diversidade original da terra, através da plantação de uma floresta mista

---

<sup>71</sup> Deve ser motivo de reflexão a circunstância de os três melhores diplomados do Curso de 1955, do *ISCEF*, terem estado a trabalhar, em simultâneo, no Brasil.

<sup>72</sup> Para se ter ideia da dimensão continental do Brasil, a zona do Jari dista de São Paulo, em linha recta, como Lisboa de Oslo ou de Varsóvia. Também, segundo o mesmo critério simplista, a distância entre a capital do Estado do Rio Grande do Sul, a cidade de Porto Alegre, e a de Boa Vista, capital do Território de Roraima, em plena Amazónia, é como a de Lisboa a Moscovo.

(espécies nativas, ornamentais, exóticas e comerciais), da criação de miríades de variedades de animais, com destaque para aves, incluindo aquáticas, à edificação de um hotel-fazenda e de residência, para a qual se fez recolha, recuperação e aproveitamento de materiais, móveis e equipamentos antigos, como os da demolição do antigo “Solar dos Brandões”, com 200 anos de história... A juventude de espírito e vitalidade que revela um tal empreendimento, continua a ter paralelo num dos casos aqui apresentados, o de Viegas Dias, que, há mais tempo, embora sem ser na escala “bandeirante” acabada de esboçar, se lançou num projecto de âmbito familiar, envolvendo quinta, na região de Alcobaça, que vai sendo progressivamente enriquecido pela multiplicidade de novas espécies vegetais e animais, nestas se destacando numerosa colecção de faisões, das mais variadas proveniências, que deve ser única em Portugal.

### **Em jeito de epílogo**

Os Economistas saídos do *ISCEF* nos primeiros anos da Reforma de 1949 tiveram importância na dignificação e acréscimo de notoriedade do Curso, pelas funções que assumiram em empresas com papel significativo no processo de industrialização e de terciarização da nossa Sociedade, pela activa participação na modernização dos métodos de planificação do progresso económico e social, até pelos cargos governamentais que exerceram, pelo empenhamento na melhoria do ensino da Ciência Económica, inclusive, no próprio *Instituto*.

Actuaram num tempo em que os técnicos se consagravam, nos gabinetes, ao estudo dos problemas, não descurando, como ensinava Marshall, observar a realidade sobre que tinham de se pronunciar. Quando foram gestores, comandavam as empresas dedicando-lhes a maior parte do seu tempo activo, com o conhecimento do caminho a percorrer e dos seus problemas. Tudo isto se desenrolava com pleno respeito dos interesses dos Accionistas, não sendo menor quando este era o Estado, o mesmo é dizer, a comunidade inteira dos cidadãos nacionais.

De uma forma geral, os Economistas que estavam em posição destacada em empresas e serviços públicos por ocasião do 25 de Abril de 1974, continuaram nas mesmas funções, ainda que houvesse casos de interrupção momentânea, por força de resolução do Conselho de Ministros de 29 de Maio de 1974. O mesmo não ocorreu depois do golpe de 11 de Março de 1975, em que, através da armadilha da «Matança da Páscoa», o PCP fez subverter a ordem económica e social, com as absurdas “nacionalizações” (que não beliscaram os interesses estrangeiros), dando azo ao triunfo de todas as mediocridades, conducentes quase ao abismo da pior das guerras – a civil. Muitas feridas desses tempos ainda estão por cicatrizar, também entre Economistas.

Passe-se a palavra a um dos melhores do “nosso tempo”, Hélio Ureña Prieto, por certo, um dos ancorados em mais sólida cultura geral.

*«A contribuição dos do nosso tempo (do primeiro curso depois da reforma e dos dois ou três cursos posteriores) para a transformação do País, refiro-a a três períodos.*

*Até 25 de Abril de 1974, os Economistas portugueses do nosso tempo colaboraram para tornar bem claro em que medida os detentores do poder económico e financeiro passaram a dispor, por obra deles, de instrumentos de planificação eficientes e eficazes, de técnicas de gestão modernas e de percuciente capacidade de organização, com o que ficavam habilitados a sair de um ruralismo mais ou menos bucólico para se assegurarem do domínio político e social.*

*Os que estavam fora desse grupo de detentores do poder económico e financeiro deram-se conta do risco, cerraram fileiras e prepararam o assalto. O embate foi brutal. Ganharam.*

*Os do “nosso tempo” tiveram a consciência clara de que os então vencidos voltariam – voltariam um dia, desencantados, frios, endurecidos e duros, implacáveis. E prepararam o regresso dos “vencidos” (lá, onde se tinham com eles exilado; ou aqui, onde ficaram, sofreram humilhações, fizeram amigos e inimigos e recensearam “calcanhares de Aquiles”).*

*Regressaram os vencidos.*

*E quem aplanou caminhos e a todos – “vencidos-vencedores” e “vencedores-vencidos” – tornou menos agreste e penoso o regresso terão sido os do “nosso tempo”.*

*Dois períodos...*

*E o terceiro? Terão os do nosso tempo a sagesa e o ânimo de prosseguir na sua missão apaziguadora, de travar os desmandos de uns e de outros?».*